As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: Passado, Presente e Futuro

– tentativa de síntese –

As cooperativas no desenvolvimento do Brasil: Passado, Presente e Futuro

– tentativa de síntese –

Diva Benevides Pinho

ESETec

Sumário

Prefácio
Observações preliminares
Introdução
Cap.1. O Cooperativismo na República brasileira
1.1. Síntese dos fatos econômicos e cooperativos
1.2. Em busca do desenvolvimento sustentável
Cap.2. Avaliando o passado cooperativo
2.1. Cooperativismo e turbulências externas e internas
2.2. Repercussões de Bretton Woods
Cap.3. Revendo o presente cooperativo
3.1. Os gargalos da economia e do cooperativismo
- Ascensão e queda do Plano Real
3.2. Repercussões do Consenso de Washington
3.2.1. Pós-Consenso de Washington
Cap.4. Planejando o futuro cooperativo
4.1. Investimentos básicos: prioridade em educação
4.2. Cenários econômicos e cooperativos
4.3. Emergência de novos sistemas cooperativos
4.4. Estratégias para a *globalização* das cooperativas
Considerações finais
Glossário
Bibliografia

Prefácio

Enriquecendo, mais uma vez, a bibliografia cooperativista, a professora Diva Benevides Pinho traz a lume esta importante obra que retrata a história do desenvolvimento das cooperativas no Brasil e mostra, às gerações presentes e futuras, como este sistema, à duras penas, foi se firmando no cenário econômico do nosso País.

Falar da autora é uma tarefa assaz difícil. Personalidade multifacetada, Diva Pinho atua em diferentes áreas, quer professando aulas na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, quer difundindo o cooperativismo em cursos de pós-graduação, quer como diletante da pintura, esbanjando talento em telas expostas à admiração do público, direciona, agora a sua inteligência e dedicação, à elaboração de um tratado sobre a história e a economia das artes.

Todavia, como esta obra se refere ao cooperativismo, permita-me abstrair todas as outras qualidades da autora, para enfocar o seu pioneirismo neste setor, numa época em que este movimento, não somente era totalmente desconhecido do mundo

acadêmico, como, também, era desconsiderado por aqueles que o consideravam uma variante das doutrinas econômicas ou, até mesmo, simplesmente do escotismo.

Num ambiente onde se cultuava o liberalismo econômico, a soberania do mercado, a competitividade, o lucro como objetivo final, uma voz solitária se erguia no templo da economia, proclamando a excelência do cooperativismo, seus valores e seus princípios, como a honestidade, a transparência, a ética, a solidariedade, a prevalência do indivíduo sobre o capital e a eterna preocupação com o bem estar social dos membros da sociedade.

E com muito denodo e perseverança, ao lado de cooperativistas de escol, a autora passou a ensinar os fundamentos teóricos de um sistema desconhecido no País, principalmente, àqueles que, como eu, lidavam, diuturnamente, com os problemas oriundos de uma grande cooperativa da qual era diretor. Na escassez de fontes de consulta, os seus livros iluminavam os caminhos daqueles que labutavam no dia-a-dia do movimento cooperativista.

O ensino do cooperativismo no Brasil, como muito bem acentua a autora, nunca foi objeto de interesse educacional do Poder Público. Era graças ao empenho pessoal de algum idealista que, ocasionalmente, passava pelos órgãos oficiais, que o movimento merecia uma certa atenção. Entretanto, frise-se, o cooperativismo era tido como um braço do governo para desenvolver rapidamente a agricultura até então muito dependente da monocultura cafeeira.

E como fazer isto, num país de dimensões continentais, com os pequenos e médios lavradores espalhados numa área geográfica imensa, impossível de serem alcançados pelos órgãos de fomento e de extensão rural?

Somente o cooperativismo agrícola teria condições de responder a este chamamento e daí, mercê do empenho e esforço de muitos líderes agrícolas, conseguiu-se um apoio maior a estas entidades, que prestaram e estão prestando, um inestimável serviço ao desenvolvimento da agropecuária em nosso país.

A autora relata, com precisão, este período conturbado e heróico do cooperativismo brasileiro, inserido nos episódios

marcantes da história recente de nosso País, como a revolução de 1964, a tomada do poder pelos militares, a redemocratização, os planos econômicos, até os dias atuais, quando, a partir do Plano Real, a estabilização financeira e o processo de globalização, ensejaram o surgimento das cooperativas urbanas, tais como as cooperativas habitacionais, as cooperativas de crédito e as cooperativas de trabalho.

Finalmente, com a sua visão acurada de economista, a autora faz um prognóstico do futuro do movimento em nosso país. E ressalta a importância do conhecimento, que tem sua pedra basilar na educação, como fator primordial de sucesso das cooperativas neste mundo globalizado.

Vale a pena lembrar que os Pioneiros de Rochdale, já nos idos de 1844, ao constituir a primeira cooperativa no mundo, cunharam a educação como um dos seus princípios básicos.

Que a cruzada da professora Diva Benevides Pinho, iniciada há anos na difusão e na defesa do cooperativismo tenha continuidade, agora, nas mãos de novas lideranças e que, sem dúvida, necessitarão de obras como esta, para sedimentar os destinos do cooperativismo brasileiro e direcioná-lo a um futuro melhor.

Américo Utumi

Diretoria da ACI

Observações preliminares

Este trabalho é uma tentativa de síntese do Cooperativismo na Economia Brasileira, com um enfoque que vai da macroeconomia (com problemas centrados no setor público, juros altos, Real valorizado, PIB e crescimento fracos) à microeconomia (com destaque das regiões, setores e empresas que crescem acima da média do aumento do PIB).

Procuramos sintetizar as principais repostas aos estrangulamentos básicos da economia brasileira e aos questionamentos do fraco desempenho atual do Brasil no conjunto dos países emergentes, porém, com a preocupação fundamental de mostrar suas conseqüências sobre o sistema cooperativo brasileiro.

Este estudo inicia-se com a análise do ***passado** do sistema cooperativo* ***pioneiro***, de 1889 a 1979, com ênfase apenas nas grandes categorias de cooperativas. A seguir, no ***presente*** cooperativo (1980 a 2007, data do término deste estudo), são

destacados o "novo" *cooperativismo* ***pioneiro,*** tecnologicamente modernizado (sobretudo as cooperativas agrícolas e de crédito), e dois sistemas cooperativos ***emergentes*** – o ***sindical***, da década de 1980, e o de ***economia solidária***, ancorado no Ministério do Trabalho e Emprego em 2003.

Finalmente, por meio de *cenários*, são apontadas as expectativas de apoio do cooperativismo ao desenvolvimento sustentável do País, apesar de previsíveis turbulências *internas* e *externas*, e das *históricas* interrupções dos surtos de crescimento do Brasil, em decorrência de crises exógenas.

Introdução

É tarefa difícil delimitar em poucas páginas um tema tão amplo, mais que centenário e em um país de dimensão quase continental.

Historicamente, foi na última década do século XIX que o Estado reconheceu o direito de associação aos cidadãos brasileiros (Constituição Federal de 1891, art. 72, parágrafo 8º).

> Originário do modelo Rochdale de consumo (Manchester, Inglaterra), em 1844, o cooperativismo surgiu espontaneamente em plena efervescência de movimentos políticos e econômicos que se multiplicavam na Europa Ocidental, em oposição às conseqüências práticas do liberalismo econômico. No Brasil, entretanto, o cooperativismo somente encontrou condições favoráveis para uma implantação induzida, ou de cima para baixo, após a abolição do escravismo.

No começo, o cooperativismo brasileiro enfrentou muitas dificuldades devido a carências de todo tipo, agravadas por problemas de analfabetismo, isolamento geográfico, escassez de

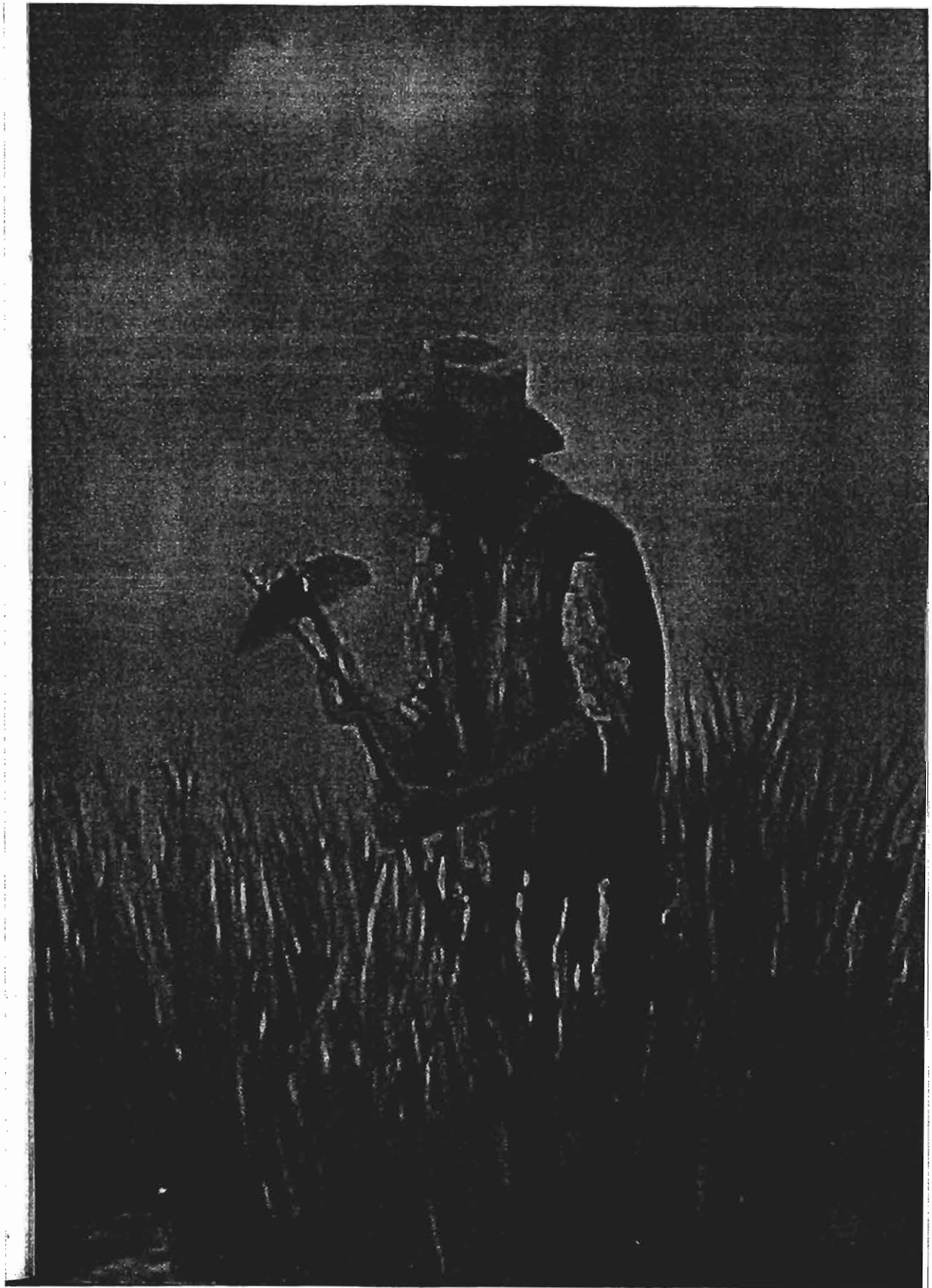
liderança e de recursos humanos em condições de praticar qualquer forma associativa, além de deficiências de infra-estrutura do País (principalmente graves nas áreas de comunicação e de transporte).

Exceto as cooperativas agrícolas, que desde cedo contaram com apoio financeiro governamental e liderança preocupada com inovação tecnológica e agronegócio, foi somente a partir de 1980 que outras categorias cooperativistas fortaleceram-se, modernizaram-se e expandiram-se rapidamente, sobretudo nos centros urbanos.

Nos primeiros anos do século XX, entretanto, uns poucos idealistas orientaram comunidades de imigrantes alemães e italianos, localizadas no Rio Grande do Sul, para a fundação de cooperativas como forma de atenuar sérios problemas que então afetavam a produção agrícola e sua comercialização.

Com o tempo, o Estado teceu ampla *superestrutura cooperativista* apoiada pelo Ministério da Agricultura, em decorrência da base predominantemente agrícola da economia brasileira. E mediante convênio com as Secretarias de Agricultura dos Estados, foi estendendo ações cooperativistas de estímulo e, ao mesmo tempo, de fiscalização de *todas* as categorias de cooperativas, agrícolas ou não.

Essa situação perdurou até 1964 quando os vários tipos de *cooperativas de crédito* (Raiffeisen, Luzzatti, Desjardins e outros) foram consideradas instituições financeiras e incluídas no Sistema Financeiro Nacional, passando para a área de normalização e fiscalização do Banco Central do Brasil. Pouco depois, em 1966, o Banco Nacional de Habitação recebeu a incumbência de fiscalizar as cooperativas de *habitação*, atividade que desempenhou até 1986, quando foi extinto por decreto presidencial.

Ainda em 1966, o legislador manteve no Ministério da Agricultura (atualmente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa), a fiscalização de *todas as cooperativas,* exceto de crédito e de habitação, via serviço especial reestruturado várias vezes, inclusive com mudança de enfoque e de denominação (Inda, Incra, Senacoop e Denacoop, atual Departamento Nacional de Associativismo e Cooperativismo).

Em 1988, entretanto, desfez-se o sistema normativo e fiscalizatório de âmbito nacional, historicamente montado pelo Estado a partir do Ministério da Agricultura. É que a Constituição Federal de 1988 proibiu a interferência estatal em cooperativas e reconheceu o direito de autogestão do cooperativismo.

Contudo, foi mantido significativo apoio financeiro e educacional às cooperativas pelo Governo Federal, ancorado no Denacoop, no Ministério da Agricultura, (reestruturado em 2005, na gestão Roberto Rodrigues, ministro do MAPA), mas sem caráter fiscalizatório, intervencionista ou punitivo. Ao mesmo tempo, em 2003, foi criada a Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego), com a incumbência de estimular e apoiar microempreendimentos cooperativos, sobretudo da população carente.

A concentração horizontal e vertical de cooperativas, no decurso das primeiras décadas do século XX, sinalizou uma tendência que se desenvolveria especialmente no Sul e no Sudeste do País, com o objetivo básico de reduzir custos e conseguir as vantagens da economia de escala. No final do século XX e começo do século XXI, a busca de novos padrões de inserção do cooperativismo brasileiro na economia mundializada conduziu a um enfoque mais amplo, que incluiu o gerenciamento de estratégias de globalização a partir, principalmente, da qualificação e da valorização dos recursos humanos cooperativistas.

Ao optar pela estruturação deste estudo como uma síntese ao invés de um quadro pormenorizado da realidade cooperativista brasileira, fizemos escolhas e delimitações que poderão ser questionadas, mas com a intenção de destacar o impacto dos principais gargalos da economia nacional e internacional sobre o cooperativismo brasileiro.

Em outros termos, procuramos mostrar, embora resumidamente, os *pontos fortes* e os *pontos fracos* do cooperativismo brasileiro e sua imbricação, no *espaço* e no *tempo*, com as principais turbulências da economia brasileira. Destacamos também a *substituição* da noção de desenvolvimento a partir do *crescimento industrial* (marca principal das décadas de 1950 a 1970), pela busca de um *desenvolvimento sustentável*, entendido como processo de integração da qualidade de vida (individual e coletiva) ao cres-

cimento econômico, ambiental e cultural, com preservação da interdependência de todos os seres vivos da Terra.

> Este estudo abrange o período que vai de 1889 a 2007 em diante, dividido em passado, presente e futuro – apesar de termos consciência das dificuldades de se analisar fatos recentes, sempre carregados de fortes componentes emocionais, como nos ensina a historiografia.

Limitamos o ***passado cooperativo*** brasileiro ao período que vai da primeira cooperativa de que se tem notícia, em ***1889*** (Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto), até o final da ***década de 1970***, marcada pelo "milagre econômico brasileiro" e, no cooperativismo, pela Lei 5.764/71, que estruturou e modernizou o movimento cooperativo, em âmbito nacional.

Quanto ao ***presente cooperativo***, nosso estudo vai de ***1980 a 2007***[1] (ano em que foi terminado este trabalho). Escolhemos a década 1980 como marco inicial devido à importância de alguns fatos como a consolidação democrática do País, a Constituição Federal de 1988 (que provocou muito entusiasmo mas logo depois decepcionou por sua prolixidade e detalhismo) e as eleições diretas para a Presidência da República, governos estaduais e representantes do Poder Legislativo.

Do ponto de vista propriamente *cooperativo*, alguns fatos também contribuíram para a escolha dos parâmetros do *presente cooperativo, ou seja, de 1980 a 2007, tais como autonomia cooperativista* (art. 5º, inciso XVIII da Constituição Federal de 1988), *emergência de diferentes tipos de cooperativas urbanas de trabalho*, *expansão de um novo cooperativismo de crédito* (preparado para "fiscalizar" seus próprios bancos privados) e *impulso do Governo Federal ao microcrédito cooperativo (a partir de 2003).*

Finalmente, indicamos que o ***futuro cooperativo*** brasileiro também está sujeito às turbulências internas e externas que afetam o Brasil, limitando ou desacelerando os surtos de desenvolvimento do País. Aliás, historicamente, verifica-se que graves problemas exógenos têm perturbado a continuidade do desenvolvimento do Brasil como se fosse uma fatalidade...

---

[1] Segundo alguns comentaristas políticos, o século 20, no Brasil, terminou em 2004, com a morte de Leonel Brizola, derradeiro depositário dos sonhos, pesadelos e desgraças do povo brasileiro.

É claro que os agentes econômicos sempre tentam usar toda a informação disponível com a intenção de alterar o futuro. Nem sempre acertam, também nem sempre erram sistematicamente, de acordo com a *hipótese de expectativas racionais*[2]. Mas no longo prazo, as dificuldades de previsão aumentam, sobretudo, devido à velocidade das mudanças em todos os campos - político, econômico, social e, inclusive, cooperativista.

E *last but not least,* delimitamos o *campo cooperativo* com base em aspectos macro e microeconômicos do passado e do presente, que consideramos fundamentais, e também nas expectativas futuras do cooperativismo no Brasil, indicando apenas as ***categorias*** de cooperativas que mais vêm se destacando na República brasileira.*

---

[2] Ver *Expectativas Racionais* no item 6 – resumo dos conceitos apresentados.

*N.A. Ao leitor interessado em mais informações, indicamos obras complementares no decorrer da exposição, tanto sob a forma de notas de rodapé como na bibliografia final. E recomendamos a consulta dos verbetes em ordem alfabética de nosso trabalho: *O Cooperativismo no Brasil – da Vertente Pioneira à Vertente Solidária* (São Paulo: Ed. Saraiva, 2005 (segunda edição em andamento).

1. O Cooperativismo na República brasileira

No século XXI o Brasil, com 6,4% da área da Terra, reúne quase 3% da população[3] do mundo. É um país urbanizado, com amplos espaços de pauperismo, quase metade da PEA na economia informal, preocupantes gargalos nos setores da saúde, educação, moradia, transporte e outros. Mescla resquícios de coronelismo e de progresso democrático, Terceiro e Primeiro mundos, economia estagnada e economia dinâmica, atraso e tecnologia de ponta, retrocesso e modernidade...

Em um país quase continental, com cerca de 180 milhões de habitantes, esperava-se que fosse mais significativa a "cooperatividade" (para repetir a expressão do professor de Coimbra, Rui Namorado[4]). Entretanto, *apenas* cerca de **3%** da população brasileira participa de cooperativas... Se considerarmos apenas o ***ramo crédito***, a OCB informa que há cerca de 1 milhão e meio de cooperados, isto é, menos de 1% da população do Brasil! Percentual irrisório, ainda que fossem acrescentados os associados das coops de crédito das duas novas vertentes atuais – a sindical

[3] Com uma população que vem envelhecendo, o Brasil apresenta taxas médias de crescimento demográfico em declínio: 2,89 % em 1960 para 2,48 em 1970, 1,93 em 1980, 1,64 em 1990, 1,50 em 2000, prevendo-se 1,08 em 2010, 0,82 em 2020, 0, 56 em 2030 e 0,33 em 2040.

[4] Rui Namorado, Cooperatividade e Direito Cooperativo, Estudos e Pareceres, Coimbra: Ed. Almedina AS, 2005.

e a solidária, sobre as quais, no momento, não há dados oficiais disponíveis.

O que dificulta a expansão do cooperativismo no Brasil? As carências básicas, historicamente apontadas, sobretudo as deficiências de infra-estrutura, escassez de liderança e desconhecimento da prática formal da cooperação? No caso do microcrédito cooperativo acrescenta-se, também, um grande descompasso entre as normas do Conselho Monetário Nacional (via Resoluções do Banco Central) e a *vontade governamental oralmente manifestada* desde o discurso de posse do atual Presidente da República, e reiterada em sua campanha de reeleição...

Parodiando o jornalista Elio Gaspari, no Cooperativismo falta comunicação entre o *andar de cima* e o *andar de baixo*, ou seja, entre a intenção do Governo e as normas do Banco Central sobre o microcrédito cooperativo.

Em passado recente, a fragilidade numérica do cooperativismo brasileiro era, em grande parte, superada pela *força agregativa* dos valores cooperativos, da doutrina cooperativa e do mito do cordial "homem cooperativo". Força que motivou a pacificação interna das correntes cooperativistas e sua união em torno da OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras, criada em 1971 pela Lei 5764.

Mas essa motivação, que tanto orgulhava os pioneiros cooperativistas, está se esvaindo diante da dura realidade competitiva imposta pela assimétrica globalização da economia e pelas interrupções do ritmo da produção brasileira, comprometida por juros escorchantes, pela carga tributária estratosférica (quase 40% de tudo quanto o País produz), pelo gasto público crescente e pelo fantasma da inflação. As cooperativas também sofrem com a *marcha amarrada* de "pára e avança", *stop and go*, que tem marcado a economia brasileira nos últimos anos.

1.1. Fatos econômicos e cooperativos – tentativa de síntese

O Brasil republicano vem alternando períodos de expansão, recessão e estagnação econômica, sem conseguir se desenvolver de modo contínuo, nem consolidar uma política pluripartidária e democrática. As interrupções do crescimento do País, sempre

atropelado por graves *problemas externos* (como uma espécie de *fatalidade* aleatória à administração política e econômica...), têm sido potencializadas por graves crises econômicas internas.

Aliás, o Século XX, *tão curto*[5] *e tão sangrento*, foi especialmente abalado duas Guerras Mundiais e por dois *choques internacionais do petróleo,* cujas conseqüências atingiram duramente todos os países, mas sobretudo as economias emergentes. O Brasil, portanto, enfrentou muitos problemas, inclusive após o segundo choque do petróleo, porque havia optado pelo endividamento ao invés do racionamento de combustível (produzia menos de 10% do petróleo que consumia). E na ocasião, o aumento dos juros nos EUA, para combater sua própria inflação, descontrolou as finanças públicas brasileiras e mundiais.

A história mostra que do período de 1930 até o final dos anos 1970, o Brasil havia conseguido se desenvolver de forma extraordinária. Mas após o 2º choque do petróleo e o aumento dos juros norte-americanos, houve rápido retrocesso e o País precisou *recorrer* ao "receituário" do FMI e do Banco Mundial.

Em 1984, o Brasil fez um enorme ajuste externo, eliminou o déficit em contas correntes, enfrentou problemas fiscais, sociais e outros. Duas desvalorizações da moeda contribuíram para *socializar* a dívida externa. A situação fiscal piorou. E o setor privado também precisou procurar recursos no exterior.

> Como se sabe, o endividamento externo, um dos principais problemas do Brasil, surgiu com a Proclamação da Independência, em 1820: mediante acordo, Portugal transferiu para o Brasil sua dívida com a Inglaterra. E a última parcela o Brasil só conseguiu pagar em 1957.
> Desde 1889, entretanto, o Brasil negociava empréstimos com o EUA e, em 1930, os norte-americanos eram credores de 30% do montante da dívida externa brasileira.
> Durante o regime militar, no final dos anos 1960, a opção por rápido crescimento com o uso de recursos externos, provocou maior aumento dessa dívida, agravada por dois choques do petróleo.

[5] Segundo os historiadores, o Século XX começou com a 1a. Guerra Mundial e terminou com a Queda do Muro de Berlim (1989) – que se tornou também o símbolo do final da Guerra Fria, ou da divisão do mundo em duas áreas, uma de influência dos EUA, e outra de influência da URSS.

A persistente e alta inflação, que chegou a 200% ao ano, impôs várias tentativas governamentais de choques ortodoxos e heterodoxos como tentativa de estabilização da moeda, desde o começo dos anos 1980. O fracasso foi total, em grande parte por falta de um mínimo de financiamento externo.

A situação agravou-se com a declaração de *moratória* do Brasil ao FMI, em 1987, por falta de reservas e de suporte externo.

A primeira moratória brasileira ocorreu em 1937, com reinício do pagamento em 1943. Em 1958, o Brasil começou a recorrer ao FMI, Fundo Monetário Internacional, firmando acordos e, freqüentemente, deixando de cumpri-los.

Para se ter uma idéia de como a situação do Brasil piorou, basta dizer que, em 1984, o Brasil era um exportador de porte semelhante à Coréia e à China, mas já em 2002 perdia para a China de 16 para 142 bilhões de dólares!... No mesmo ano de 1984, o Brasil exportava US$10 bilhões para os EUA e a China 12 bilhões; entretanto, em 2002, o Brasil exportou US$ 16 bilhões e a China US$ 142 bilhões! O que houve? Resposta da maioria dos economistas – o Brasil não conseguiu, ou não soube, ajustar-se aos processos de mudança...

Crise externa, crise fiscal e grave endividamento externo e interno comandaram a década de 1980, que tem sido chamada de "década perdida".

Vários economistas, entre os quais se destaca Antônio Barros de Castro, consideram errônea a qualificação dos anos 1980 e 1990 como *décadas perdidas* com base nos números medíocres do crescimento do PIB, como se a economia tivesse ficado estagnada.
Os analistas econômicos identificam, naquelas duas décadas, um intenso processo de reengenharia e de modernização empresarial em busca de qualidade, produtividade e de redução de custos, o que explica a retomada do desenvolvimento no início da década 2000. E assim, as empresas transformaram-se radicalmente, revisaram suas prioridades de investimento e métodos de administração e voltaram-se para o mercado global. Previa-se a maturação desse processo no começo dos anos 2000, o

que de fato aconteceu, como se verá nas *Considerações Finais* deste estudo.

Nos anos 1980 e início de 1990, todas as tentativas de estabilizar a economia por meio de choques e pacotes-surpresas fracassaram, inclusive os rígidos controles de preços e salários, e até mesmo o estranho confisco de depósitos em conta-corrente, no Governo Collor... Conseguia-se, no máximo, interromper a escalada da inflação, mas por pouco tempo. Até que, entre janeiro e fevereiro de 1994, o Governo Federal adotou medidas emergenciais para caracterizar um movimento de reforma monetária para conter as despesas públicas e, de março a junho do mesmo ano de 1994, converteu os salários, preços e tributos à URV (Unidade Real de Valor), o que ficou conhecido como *urvização da economia*. Finalmente, quando os preços em URV foram convertidos em Real, pela Medida Provisória n. 542, em 1º-7-1994, foi implantado Real como nova moeda brasileira.

De imediato, o **Plano Real** trouxe importante queda da taxa de inflação – de 20% ao mês para 1,5%. Depois de algumas oscilações, explicadas pela persistência da "contaminação" inflacionária da moeda anterior (cruzeiro real), o Real foi mantido, alguns anos, nas proximidades de 0,5 a 1,0 % ao ano.

Arrumar as contas públicas era a primeira urgência, mas a implementação de ampla reengenharia do estado brasileiro, que deveria ser imediata, foi sendo postergada devido a antigos e graves obstáculos, entre os quais se destacaram o forte intervencionismo da política governamental e as deletérias práticas de clientelismo e de corporativismo, que acabaram criando *armadilhas políticas* (como a necessidade de cooptar a oposição para conseguir aprovar as reformas básicas no Congresso), *econômicas* (decorrentes, sobretudo dos altos juros e da valorização cambial), e *sociais* (freqüentemente mescladas ao conflito capital-trabalho).

Em outubro/96 o governo federal lançou um *pacote fiscal* para tentar reduzir o rombo das contas públicas até que conseguisse colocar em prática um ajuste definitivo, mas o Congresso não aprovou três reformas básicas – administrativa, previdenciária e tributária. Não houve o esperado rearranjo institucional tão importante para dar suporte ao desenvolvimento auto-sustentável

do Brasil. O governo precisava adotar "remédios mais amargos" para reanimar a economia brasileira, mas adiou as decisões para não afetar o projeto de reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Na metade de 1995, o governo optou por medidas recessivas, embora consciente de seus efeitos colaterais, sobretudo nas áreas de saúde, educação e agricultura de consumo interno. Persistiu, porém, o descalabro orçamentário em todos os níveis governamentais (federal, estadual e municipal), beneficiado pela rolagem das dívidas...E os juros continuaram elevados, confiscando recursos de pessoas físicas e jurídicas, deteriorando os mercados e aumentando o desemprego.

No decorrer da década de 1990, entretanto, o mercado externo brasileiro se recompôs. O Brasil apresentava, então, altas taxas de juros e ativos baratos. Mas, como observou Antonio Delfim Netto, substituiu-se a *inflação,* que era um *problema grave,* por *dois problemas insolúveis*: o endividamento externo (voltado para o financiamento do consumo) e o endividamento interno...

Na década de 1990, a enorme dívida externa mudou de perfil: não se concentrava apenas no setor público (governos da Federação e dos Estados), mas abrangia, também, o setor privado diante da opção dos empresários de tomarem empréstimos no mercado internacional porque os juros eram inferiores aos praticados no Brasil.

Com o setor público e o setor privado altamente endividados, esgotava-se a capacidade do Brasil levantar recursos externos. E assim, a única alternativa do Governo era a captação de recursos internamente e, para isto, começou a *aumentar* impostos e taxas e a criar novas taxações, penalizando cada vez mais a população.

E assim, comenta Delfim Netto, a *octaéride de FHC*, apesar de "muitas lições positivas, principalmente em sua forma civilizada de conduzir a coisa pública", foi marcada pela ***grande troca***[6] da *hiperinflação* por um *hiperendividamento*, uma *hiperdependência* externa e uma *hipertribuação* interna.

[6] Antonio Delfim Netto, A grande Troca, Folha de São Paulo 04-08-2004, A2.

Historicamente, os poderes públicos brasileiros, nos momentos de graves dificuldades econômicas e financeiras, recorrem a amplas campanhas de divulgação do **cooperativismo**, exaltando as "virtudes" das **cooperativas**, principalmente agrícolas, para atender ao consumo interno e à exportação. Em 1929/30, por exemplo, no auge da junção de duas crises – uma externa (quebra da Bolsa de Nova York) e outra interna (crise do café) – o Governo Getúlio Vargas nomeou uma comissão para regulamentar a organização e o funcionamento das cooperativas (daí, o Decreto 22.239, em 1932).

No início década 1980, entretanto, a grave situação econômica do País, o desemprego e o rápido encolhimento do Estado (até então, um misto de Estado autoritário, protetor e empresário), fizeram com que a própria população fosse *diretamente* à luta, criando cooperativas, sobretudo de **crédito** e de **trabalho**.

1.2. Em busca do desenvolvimento sustentável

O que fazer para o Brasil retomar o caminho do desenvolvimento, porém, com o enfoque da sustentabilidade?

As respostas dos economistas brasileiros têm variado e podem ser reunidas em três grupos principais: (a) *grupo da ortodoxia econômica* – considera mais importante dar prosseguimento às reformas básicas do "receituário" do Consenso de Washington[7] (em continuação a Bretton Woods[8]); (b) *grupo do nacionalismo desenvolvimentista* – enfatiza a intervenção do Estado para a promoção de uma política industrial e de estimulo a determinados setores e empresas estratégicas[9]; e (c) o *grupo do desenvolvimento sustentável* – ignora os "conselhos" das agências criadas pelos países ricos (FMI, Banco Mundial e outras), por considerar que atendem seus próprios interesses e não os interesses dos *países controlados.*

[7] Ver Repercussões do Consenso de Washington, item 3.2 deste capítulo.

[8] Ver Repercussões de Bretton Woods, item 2.2 deste Capítulo.

[9] Interessantes estudos sobre os problemas do desenvolvimento e as possibilidades de superação do subdesenvolvimento, nas décadas de 1950 e 1960, foram apresentados por Bettelheim, Dobb, Myrdal, Lewis, Rostow e outros. Raul Prebisch (presidente da Cepal, Comissão Econômica para a América Latina, órgão das Nações Unidas) e um grupo de economistas e cientistas sociais da Cepal, desenvolveram estudos combinando a análise marxista e a análise estrutural e apresentando as características do capitalismo periférico e das relações centro-periferia.

Atualmente, a luta entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário tem estimulado tentativas de análises a respeito da cultura autoritária no Brasil, desenvolvida na ditadura Vargas, revigorada durante a Ditadura Militar (1964-1984), desacelerada nos anos de redemocratização (a partir de 1985) e apenas *aguardando* uma conjuntura favorável para se reinstalar no País...
Essa cultura autoritária teria permeado as quatro correntes desenvolvimentistas das últimas décadas: (a) a *ditatorial-populista*, que implantou a infra-estrutura estratégica nos setores de aço, energia e petróleo; (b) a *desenvolvimentista-democrática*, com Juscelino Kubitschek, que cuidou da substituição das importações; (c) a *autoritária-militar*, que reuniu as duas anteriores; (d) a *democrático-liberal*, da atual fase da mundialização da economia[10].

As propostas alternativas de desenvolvimento do Brasil (a exemplo das propostas do Fórum Social Mundial de Porto Alegre) concentram-se principalmente na oposição ao FMI e ao Banco Mundial. Economistas de diversos matizes políticos também costumam se posicionar politicamente, exemplificando com o extraordinário desenvolvimento do Brasil no período de 1930 a 1980, ou seja, SEM o *receituário* daquelas duas instituições. Argumentam com fatos históricos procurando mostrar que o Brasil parou de crescer quando começou a acatar os "sermões" daquelas instituições nascidas em Breton Woods. Reforçam a argumentação mostrando que o grupo de países asiáticos cresceu muito ao adotar reformas capitalistas *sem* os "conselhos" dos países ricos, via FMI e Banco Mundial.

Entretanto, em coluna na CartaCapital de 04/08/04 (*Por que dispensar o FMI?*), Antonio Delfim Neto critica jocosamente um fato curioso: o desespero dos povos sofredores não se volta contra o governo que gastou de modo irresponsável, nem contra o fato exógeno que produziu o desequilíbrio econômico.... Revolta-se contra o FMI[11]! "A nação [em dificuldade] é facilmente induzida a

[10] Cf. Gaudêncio Torquato, Almas tortas da nação, O Estado de São Paulo, 6-2-05, A2

[11] Como toda instituição financeira, o FMI é conservador; tem a função de suprir recursos no nível, prazo, e taxa de juros adequados à solução dos problemas de seus clientes. O FMI só é chamado quando a situação do país é crítica devido a "políticas irresponsáveis ou em conseqüência de um fato exógeno". Ou seja, "o FMI é chamado quando o país já está quebrado e o conserto custa sacrifícios substanciais, como queda no ritmo de desenvolvimento (que era sustentável pelos recursos de credores), redução do consumo (que era sustentável pelos déficits em conta corrente) e queda do salário real"(...) – Antonio Delfim Neto, CartaCapital, 04-08-2004, p. 19.

acreditar que quem produziu o incêndio foi o bombeiro e não o piromaníaco!"

As conseqüências do grave endividamento do Brasil têm provocado reações apaixonadas em todos os níveis – de protestos populares a análises de economistas e de intelectuais brasileiros e estrangeiros.

Por exemplo, em **Chutando a Escada** (divulgado em português em 2004, dois anos após sua publicação em inglês), Ha-Joon Chang[12], prof. da Universidade de Cambridge, coloca uma série de dúvidas sobre as verdadeiras razões da dura negociação comercial dos países ricos com os países em desenvolvimento. Questiona, então, se devemos acreditar que, em outras circunstâncias, estariam sendo sinceros. E pergunta: quando aconselham os países pobres sobre *como alcançar o desenvolvimento,* estariam os países ricos defendendo somente seus próprios interesses? Ou o controle do *establishment* sobre os países pobres é uma forma de "chutar a escada[13]" para evitar concorrência na exportação de produtos com alto valor agregado?

Outro crítico, Joseph Stiglitz[14], prêmio Nobel e opositor dos economistas ortodoxos, afirma que o amargo *receituário* do Consenso de Washington *garante apenas uma persistente estagnação econômica* – "uma paz de cemitério". Não deu certo "deixar o bolo crescer para depois repartir...", isto é, na prática não houve repartição da renda. Ao contrário, houve maior concentração da renda em uma pequena parcela da população...

Juntamente com Jeffrey Sachs (especialista em desenvolvimento sustentável), Stiglitz defendeu a adoção de estratégias de desenvolvimento com *maior intervenção do governo* brasileiro em políticas setoriais (como a industrial) e de redução da pobreza.

---

[12] Ha-Joon-Chang, da Univ. de Cambridge, Chutando a Escada: a estratégia do Desenvolvimento em perspectiva histórica (São Paulo: Ed. Unesp), trad, 2003..

[13] *Chutando a escada* é uma expressão que Chang (obra citada) encontrou em Friedrich List, em 1841, ao explicar o seguinte: os países que primeiro se desenvolviam, tentavam impedir que surgissem concorrentes.

[14] Chefe do Conselho de Consultores Econômicos do Governo Clinton, economista-chefe e vice-presidente sênior do Banco Mundial, em 2001 foi um dos três ganhadores do Prêmio Nobel de Economia por seus trabalhos em economia da informação, especialmente sobre assimetrias da informação. Crítico veemente das desastrosas conseqüências do receituário do FMI e do Banco Mundial para os países emergentes, mostrou-se mais moderado em seu trabalho – a Globalização e seus malefícios (São Paulo: Ed. Futura, 2002).

Quanto ao ***tipo de desenvolvimento*** preconizado pelos economistas, houve uma grande mudança no início da década de 1990 – o desenvolvimento deixou de se concentrar apenas na busca do máximo de lucros com o mínimo de investimentos, ampliando-se a visão de desenvolvimento sem a destruição dos recursos naturais. Ou seja, passou-se a defender um desenvolvimento com a conscientização da necessidade de proteção ao meio ambiente. Daí, a expressão **"d*esenvolvimento sustentável*"**, entendido como a capacidade das *gerações presentes* resolverem seus problemas sem prejudicar as *gerações futuras*.

Juntamente com o desenvolvimento sustentável, popularizou-se a expressão **"responsabilidade sócio-ambiental", entendida como** utilização de tecnologias mais econômicas, menos agressivas e em harmonia com a natureza e o futuro da humanidade.

É oportuno observar que, a partir da 2ª Guerra Mundial e durante cerca de 30 anos, ou seja, de 1945 a 1975, os EUA incentivaram a promoção do desenvolvimento dos países pobres. Entretanto, mudaram completamente a partir dos anos 1970, diante da competição dos novos países industrializados (Japão e Tigres asiáticos).

No Brasil, em 2007, o impulso ao desenvolvimento sustentável continuava dependente, sobretudo, de quatro itens básicos – investimento, aumento do PIB, capacidade interna de poupança e confiança dos empresários nacionais e internacionais (*diminuição do risco-Brasil*).

Em vários seminários – inclusive organizados pela Universidade de Colúmbia (Nova York, 2004-06), sob patrocínio do Citigroup – continuava desfavorável a avaliação dos resultados econômicos do Brasil por Stiglitz e outras autoridades da área econômica.
Para *Stanley Fischer* (ex-diretor-gerente do FMI), as principais crises financeiras do Brasil e da América Latina (exceto o Chile), são conseqüência de não terem feito as reformas necessárias para implantar o desenvolvimento.
Robert Rubin (presidente do Comitê Executivo do Citigroup e secretário do Tesouro na administração Clinton), enfocou a necessidade de o Brasil e a América Latina adotarem políticas de redução da pobreza e investirem em educação e saúde.

Uma estratégia mais abrangente de desenvolvimento sustentável do Brasil deveria criar mecanismos para evitar sua total sujeição a crises externas. Por exemplo, dificultando o endividamento excessivo a curto prazo, e desestimulando o ingresso dos *capitais de morte súbita*.

Por outro lado, as taxas de crescimento das economias de todos os países *dependem*, atualmente, do crescimento contínuo das importações norte-americanas. Na hipótese de uma turbulência na expansão econômica dos EUA, nos próximos anos, suas dificuldades se refletirão gravemente nas políticas de crescimento dos países capitalistas periféricos, entre os quais o Brasil.

> Nos EUA, as bolhas de ações, imóveis e títulos são nutridas, direta ou indiretamente, pelos fluxos de capitais do mundo capitalista que convergem para os EUA[15], e destinam-se, principalmente, a cobrir seu explosivo déficit externo e manter o valor do dólar.
> Entretanto, a retomada do crescimento da economia norte-americana também provoca efeitos colaterais perversos: ao fortalecer o mercado acionário e das taxas de juros, atraindo o capital global, dificulta o fechamento do balanço de pagamento das "economias emergentes", carentes de *hot money,* como o Brasil. E se a subida dos juros vier acompanhada de uma desvalorização do dólar, em comparação ao euro e ao yuan (moeda chinesa), criará dificuldades às exportações dos países "emergentes" e acirrará a guerra comercial no próprio "centro dinâmico" do sistema.

Nas discussões da XI Unctad[16], Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (São Paulo, junho de 2004), a política econômica do Brasil foi considerada correta, porém insuficiente para assegurar um crescimento prolongado do País.

[15] Calcula-se que os EUA absorvem cerca de 75% do fluxo internacional de capitais para financiar seus enormes déficits orçamentários e em conta corrente. Os bancos centrais das nações asiáticas (sobretudo o Japão e a China) vêm adquirindo papéis do Tesouro americano a um ritmo intenso, apesar das baixas taxas de retorno desses ativos. A estratégia desses países consiste em acumular reservas e manter o dólar forte em relação a suas moedas a fim de facilitar suas exportações para os próprios americanos. Mais recentemente, também os países emergentes "emprestam" dinheiro à maior potência econômica do mundo.

[16] Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, criada em 1964 pela ONU como programa permanente de apoio às metas de desenvolvimento dos países e de sua integração no comércio internacional.

Igualmente, quando o presidente Lula dirigiu-se a centenas de executivos de empresas norte-americanas, canadenses e mexicanas em Nova York (Hotel Waldorf Astoria, 2004), os comentários revelaram que o Brasil continuava relativamente frágil *como lugar para se fazer negócios*.

Além disso, acordos comerciais do Brasil com outros países têm encontrado vários obstáculos.

Marcos Jank (professor da USP), critica a estratégia de trocar acordos mais consistentes por acordos incertos, recomendando a busca de parceria Sul-Sul, mas sem perder de vista as relações Norte-Sul. Lamenta "caminharmos para um acordo pífio entre o Mercosul e a União Européia, jogarmos fora a Alca e fecharmos acordos parciais e limitados" (como por exemplo, o da Can, Comunidade Andina de Nações).
Para o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, a Alca é muito mais importante para o Brasil do que para os EUA, mas encontra resistências ideológicas e anacrônicas, marcadas pelo nacionalismo e terceiro-mundismo do Itamaraty (posição considerada forte, embora não hegemônica).

Por outro lado, a China[17], *fato novo na economia mundial*, poderá contribuir para o crescimento do Brasil e dos países em desenvolvimento, na medida em que o consumo de sua numerosa população induzir significativo aumento nos preços das *commodities* - embora haja dúvida quanto à manutenção de suas elevadas taxas de seu crescimento[18]...

[17]Alguns analistas econômicos apontam a China como a maior economia do mundo em 2050. Mas seu forte e rápido crescimento apresenta alguns problemas apontados pelo primeiro ministro da China Wen Jiabao – instabilidade, desequilíbrio, falta de coordenação e instabilidade (esta, originada sobretudo pelo excessivo crescimento dos investimentos, da concessão de créditos e da liquidez monetária).,

[18] Segundo analistas internacionais, a artificialidade do *boom* dos investimentos na China, acompanhado por uma bolha no setor imobiliário (principalmente em Pequim e Xangai), poderá redundar em estouro e enormes perdas financeiras.

A China, um novo jogador com o potencial de transformar o cenário econômico internacional, está atraindo capital externo e realizando grandiosas obras de infra-estrutura (como grandes pontes, redes de rodovias, hidroelétricas, rede de fibra ótica para interligar o sistema de telecomunicações). Ao mesmo tempo, desejoso de uma vizinhança pacífica, o governo chinês aumenta empréstimos aos países em desenvolvimento da região, entre os quais Cambodja, Laos e Filipinas, até então redutos do Banco Mundial, do Banco Asiático de Desenvolvimento, dos EUA e do Japão.

Relativamente ao cooperativismo, o embasamento filosófico-doutrinário e as atividades de preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, contribuíram para sua atuação positiva nas ações de desenvolvimento sustentável da economia brasileira. A sustentabilidade sempre permeou a prática das cooperativas em geral e provocou o aparecimento de cooperativas especializadas nessa área.

A seguir, vejamos os principais impactos das turbulências econômicas sobre o passado, o presente e o futuro do cooperativismo no Brasil.

2. Avaliando o *passado* cooperativista (1889-1979)

Neste trabalho, como já se esclareceu na Introdução, o *passado cooperativo* brasileiro vai de *1889,* data da fundação da cooperativa mais antiga que se conhece – a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (Minas Gerais), *até o final da década de 1970*, de especial importância para a estruturação e modernização do cooperativismo brasileiro.

Nesta síntese, entretanto, faremos apenas algumas menções ao cooperativismo de 1889 à Segunda Grande Guerra[19] (1939-1945). Queremos registrar, porém, uma referência especial a dois pioneiros fundadores das primeiras cooperativas brasileiras de crédito: **Theodor Amstad**[20], em 1902 e nos anos subseqüentes, na comunidade de imigrantes alemães do Rio Grande do Sul; e **Stephano De Paterno**[21] na comunidade de imigrantes italianos no começo do século XX, também no Rio Grande do Sul.

A política brasileira, nas primeiras décadas do século XX, era comandada pelos grandes proprietários de terra, que apoiavam

[19] Para informações, cf. Diva Benevides Pinho, O Cooperativismo Brasileiro no Brasil – da Vertente Pioneira à Vertente de Economia Solidária (São Paulo: Ed. Saraiva), 2003.

[20] Amstad fundou a primeira caixa rural Raiffeisen em Linha Imperial (município de Nova Petrópolis, RS), de 1902. Atualmente denominada *Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis*, existe até hoje. Tornou-se um símbolo quase venerado, e *ponto de partida* do Sistema Sicredi. Realmente, essa primeira cooperativa, depois denominada *Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis*, existe até hoje. É um símbolo quase venerado.

[21] Cf. Pinho, Diva Benevides & Palhares, Valdecir Manoel A. – O cooperativismo de crédito brasileiro nos séculos XX e XXI, São Paulo:Confebrás, 2004.

o presidente da República por intermédio dos governadores dos Estados. Entretanto, na década de 1920, a industrialização e o crescimento das cidades começaram a provocar a emergência política de novos grupos sociais.

A grande depressão de 1929 derrubou os preços externos do café e a crise alastrou-se por toda a economia brasileira. Fábricas cerraram suas portas, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro. Desemprego, miséria, fome, revoltas e crescente descontentamento popular desembocaram no golpe que levou, em 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas à chefia do Governo Provisório no Brasil. Terminava, então, a República Velha.

Com a economia até então atrelada à variável *comportamento da demanda externa*, o Brasil foi obrigado a adotar um desenvolvimento "voltado para dentro", ou com a finalidade de *substituir as importações.* Com isto, provocou-se a mudança da estrutura produtiva interna do setor industrial, e o setor externo sofreu relativa perda de importância no processo de formação da renda nacional.

Nos Estados em que a agricultura foi se tornando promissora, o Governo Federal, nas primeiras décadas do Século XX, assumiu o papel de promotor do cooperativismo e, ao mesmo tempo, de *controlador* de todas as *formas de associativismo*, temeroso do fortalecimento político dos trabalhadores nos centros urbanos, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

As condições culturais dessa época, aliás, explicam porque a propaganda oficial insistia no *conteúdo doutrinário* do cooperativismo, entendido como forma adequada de solucionar pacificamente os problemas econômicos e sociais da população. Era a *fase heróica do cooperativismo*[22], em grande parte inspirada nas obras de Charles Gide[23], e que perdurou até o início da década

[22] Cf. nossos trabalhos Economia e Cooperativismo, São Paulo: Ed. Saraiva, 1977; O Pensamento Cooperativo e o Cooperativismo Brasileiro, Brasília: CNPq, 1982, vol I do Manual de Cooperativismo em 4 volumes (várias tiragens posteriores pela OCB).

[23] Charles Gide, prof. da Universidade de Paris, escreveu vários trabalhos de exaltação do cooperativismo (é também o autor de um Manual de Economia usado em cursos superiores, sobretudo de Direito, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX). Em seu discurso de 1931, quando da inauguração do *Museu da Cooperação*, no edifício em que os 28 Pioneiros de Rochdale fundaram a primeira cooperativa de consumo (Manchester, Inglaterra), Gide referiu-se ao cooperativismo como *religião* que tem "suas lendas, seus santos e seus locais de peregrinação, ou seja, 28 apóstolos (que não eram pescadores, mas tecelões), seu berço em Toad Lane (Rochdale), onde nasceu, na véspera de Natal (isto é, em 24-12-1844), e seu museu, onde se pode comemorar a *obra mais grandiosa que já saiu das mãos dos operários".*

de 1970, quando as cooperativas passaram a ser, realmente, tratadas como *empresas*.

2.1. Cooperativismo e turbulências econômicas externas e internas

> No século XIX, o Brasil conheceu os graves efeitos de três catástrofes internacionais – a crise da Bolsa de Nova York, em 1929, que se espalhou pelo mundo, e as duas Grandes Guerras Mundiais – a 1ª de 1914-18, e a segunda, de 1939-45.
> Internamente, além das crises cíclicas do café, o País teve dois regimes ditatoriais com todas as graves conseqüências da suspensão dos direitos constitucionais e da repressão policial: (a) *a ditadura do* ***Estado Novo***, implantada pelo *golpe de Estado* do presidente Getúlio Vargas em 30 de setembro de 1937, até sua deposição por outro *golpe de Estado* em 1945, quando assumiu o Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que governou até a posse do novo presidente eleito, general Dutra, em janeiro de 1946; (b) *a ditadura do* ***Regime Militar***, iniciada com o *golpe de Estado* de 31 de março de 1964, e terminada no final do processo de abertura democrática, em 1985.
> Nos momentos de maior tensão econômica, principalmente quando o consumo interno e a exportação tornavam-se problemáticos, os Poderes Públicos dos três níveis – Federação, Estados e Municípios –apoiavam as *cooperativas*, especialmente as agrícolas, de crédito rural e de consumo (estas decaíram por volta da década de 1980 devido, sobretudo, à concorrência das grandes redes de supermercados).

Já nos primeiros anos da República, o Governo Federal (via Ministério da Agricultura) apoiou as cooperativas de produtores rurais para atendimento do mercado interno e da exportação.

Inspirado inicialmente no modelo das sociedades anônimas, em 1907 o presidente mineiro Afonso Pena facultou a organização de cooperativas com estrutura das sociedades anônimas, voto plural e capital formado por ações (Decreto-Lei nº 1637). No Ministério da Agricultura, um grupo assumiu a defesa de cooperativas como sociedades anônimas (entre os quais se

destacaram Sarandi Raposo e Plácido de Melo); e outro grupo defendeu o cooperativismo de modelo rochdaleano, sob a liderança de Adolpho Gredilha e Fábio Luz Filho.

Em 1930, o Governo Vargas designou duas comissões incumbidas de regulamentar as cooperativas e os sindicatos. No ano seguinte, foi baixado o Dec. 19.770/31 ou Lei Sindical, e em 1932, o Decreto 22.239, ou Lei Cooperativa.

Duas Constituições federais, uma em 1934 e outra em 1946, e uma Carta Constitucional, em 1937, asseguraram a liberdade de associação, mas não trataram do cooperativismo.

No período de 1945 a 1964, entretanto, os governos buscaram base de apoio nas massas urbanas por meio de propaganda nacionalista e desenvolvimentista industrial, porém, sob controle do Estado. O populismo dos anos 50 e 60, herdado da era Vargas, oscilou entre a democracia liberal da Constituição de 1946 e a prática centralizadora e autoritária oficial.

Equilibravam-se os governantes entre uma gestão econômica nacionalista e estatizante e um modelo de desenvolvimento industrial baseado no estímulo ao capital nacional e estrangeiro. Os discursos e as ações práticas apresentavam *tonalidades* da direita ou da esquerda, influenciadas pelas tendências da Guerra Fria internacional, polarizada entre os EUA e a URSS. Esse processo acabou desembocando no golpe militar de 1964.

Entre 1948 e 1950, o Brasil teve um crescimento significativo no setor industrial devido, sobretudo, ao regime cambial favorável à importação de insumos e de máquinas.

Na **década de 1950**, Vargas retornou ao poder eleito pelo povo e repetiu seu programa nacionalista-populista, criando o então BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, a Eletrobrás e, logo depois, a Petrobrás (após uma grande campanha popular cujo *refrão ideológico* é ainda repetido – "O petróleo é nosso").

Após o suicídio de Vargas e os mandatos-relâmpagos de três presidentes, Juscelino Kubistschek (1956-1961) procurou cumprir sua promessa de campanha - "cinqüenta anos (de progresso) em cinco anos (de seu governo)". O Brasil realmente cresceu e modernizou-se, mas as contas públicas e a inflação aumentaram muito.

> O Cooperativismo beneficiou-se da onda desenvolvimentista que marcou o Brasil, nos anos 50: fundação de cooperativas, sobretudo agrícolas e de crédito rural, fortalecimento de centrais e tentativas de criação de associações de âmbito nacional, como a Unasco (União Nacional das Associações Cooperativas), em São Paulo e a Abcoop (Associação Brasileira de Cooperativas), no Rio de Janeiro.

A seguir, a **década de 1960** começou politicamente conturbada (governos Jânio Quadros e João Goulart), com radicalizações de direita e de esquerda, conspiração e golpe implantando o Regime Militar de 1964.

> Quanto ao cooperativismo, a Reforma do sistema bancário brasileiro (Lei 4.595, de 1964) e as normas de política financeira do Governo Federal, marcaram a extinção quase total das cooperativas de crédito (Raiffeisen, Luzzatti, crédito urbano e Sessões de Crédito das cooperativas em geral). Mas o Governo Federal manteve seu tradicional apoio, inclusive financeiro, às grandes cooperativas de crédito agrícola do Sudeste/Sul, muito importantes para o suprimento do mercado interno e do mercado externo.

O Governo Federal, pressionado por militares da linha dura, intensificou as ações repressivas a opositores radicais da esquerda. Então, o Presidente Costa e Silva fechou o Congresso e decretou o AI-5, Ato Institucional n. 5 (1968).

No conjunto, a *década de 1960* apresentou pontos positivos, tais como a reforma administrativa e tributária, regulamentação do mercado de capitais, estruturação do mercado financeiro e

consolidação da indústria automobilística. Mas também pontos negativos, a maioria deles decorrente do precário controle dos gastos públicos, tais como o crescente endividamento do governo, o gigantismo das empresas estatais, o fechamento da economia ao capital estrangeiro e o fracasso do plano governamental de estabilização econômica.

Nessa década de 1960, o cooperativismo foi marcado por fortes disputas internas. Do ponto de vista legal, o decreto-lei 59/66 e seu regulamento, impuseram intenso controle estatal às cooperativas.

Em continuidade, a **década de 1970** manteve o endurecimento político. Todavia, o *milagre econômico* chamou a atenção mundial para o alto crescimento do PIB (cerca de 12% ao ano, entre 1969 e 1973) e a manutenção da inflação em cerca de 18% ao ano. O Estado arrecadou mais, fez grandes empréstimos no exterior e atraiu investimentos externos para projetos de grande porte (alguns deles considerados faraônicos, como a Ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica). Mas a crise do petróleo solapou as bases desse crescimento, pôs fim ao *milagre econômico* e abalou a estabilidade do Regime Militar, provocando o início de lenta e gradual abertura política.

Na década do "milagre econômico brasileiro" destacaram-se os seguintes pontos positivos: consolidação da indústria petroquímica, forte investimento público na produção e na infra-estrutura econômica do País, e maior crescimento do PIB. Entre os pontos negativos, tornaram-se mais visíveis a persistência de deficiente controle dos gastos públicos, o grave endividamento das empresas estatais e do governo em geral; a continuação do fechamento da economia brasileira, cada vez mais voltada para dentro; o rápido aumento da inflação, o *inchaço* dos centros urbanos com a decadência da agricultura e, conseqüentemente, a aceleração do êxodo rural. Quatro planos estatais tentaram estabilizar a economia brasileira, mas fracassaram.

A Lei Cooperativa 5.764/71 reformou a estrutura do cooperativismo brasileiro, definiu sua política nacional e criou a representação única das cooperativas pelo Sistema OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Estavam superados o forte centralismo estatal de 1966 a 1970 e as desavenças internas das cooperativas. O cooperativismo atingiu a maturidade, com base em sua renovação legal, estrutural e instrumental. Pode, então, abrir-se para a internacionalização.

Entretanto, nesse período avolumaram-se as turbulências econômicas e políticas no País. Protestos estudantis, manifestos de intelectuais e oposição da população mostravam crescente revolta do povo contra as conseqüências dos compromissos assumidos pelo Brasil junto ao FMI e ao Banco Mundial. As críticas mais incisivas estavam ligadas ao corte dos gastos sociais e ao aprofundamento do desemprego e da pobreza no País, problemas que nas décadas seguintes permaneceriam *insolúveis e até agravados.*

2.2. Repercussões de Bretton Woods

Era evidente em 1945, no final da 2ª Grande Guerra, a necessidade de um novo sistema monetário internacional que regulasse as relações monetárias e financeiras entre os países e não entravasse o desenvolvimento mundial.

Em conferência realizada em Bretton Woods (EUA), em 1945, com a presença dos países vencedores, do secretário do Tesouro dos EUA, Henry White, e do economista inglês John Maynard Keynes, criou-se um sistema monetário internacional muito importante para o comércio mundial e o crescimento econômico do pós-guerra – o Sistema de Bretton Woods.

Naquela ocasião, quatro principais instituições foram criadas: (a) o *Sistema de Bretton Woods,* que consagrou o sistema de gestão de taxas de câmbio denominado padrão dólar-ouro (para flexibilizar o *padrão ouro* do sistema monetário internacional anterior à 1ª Grande Guerra), e adotou um sistema de taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis; (b) o **FMI**, Fundo Monetário Internacional, para

combater a inflação nos países-membros, socorrer os países a ele associados no caso de desequilíbrios transitórios em seus balanços de pagamentos (por meio de empréstimos compensatórios, e mais tarde, pelo DES, *Direitos Especiais de Saque)*; (c) o **Banco Mundial**, com o objetivo de auxiliar a reconstrução dos países devastados pela guerra e, posteriormente, promover o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos; (d) o **GATT**, Acordo Geral de Tarifas e Comércio, voltado para a redução das restrições ao comércio internacional e a liberalização do comércio multilateral – substituído, em 1995, pela **OMC**, Organização Mundial do Comércio.

De todas as inovações institucionais introduzidas em Bretton Woods, o FMI (Fundo Monetário Internacional) tem sido a mais criticada, com o argumento básico de que seus programas aprofundam a pobreza e as desigualdades ao insistir no corte de gastos sociais. E também porque, em parceria com o Banco Mundial, coordena pacotes de empréstimos aos países economicamente abalados, mediante a exigência de seu compromisso na adoção de medidas de diminuição do déficit fiscal, abertura comercial e privatizações, entre outras.
Em 1980, a importância do FMI como fonte de empréstimos diminuiu e passou a funcionar, principalmente, como supervisor das dívidas externas.

Na década de 1970, rompeu-se o regime de *taxas fixas* de câmbio do sistema monetário internacional de *Bretton Woods*, sendo substituído por *taxas flutuantes*.

A contradição entre a prosperidade do comércio internacional e a manutenção da paridade do dólar-ouro (conhecida como Paradoxo de Triffin), criou tantos problemas que Nixon rompeu, em 1971, a conversibilidade do dólar em relação ao ouro.

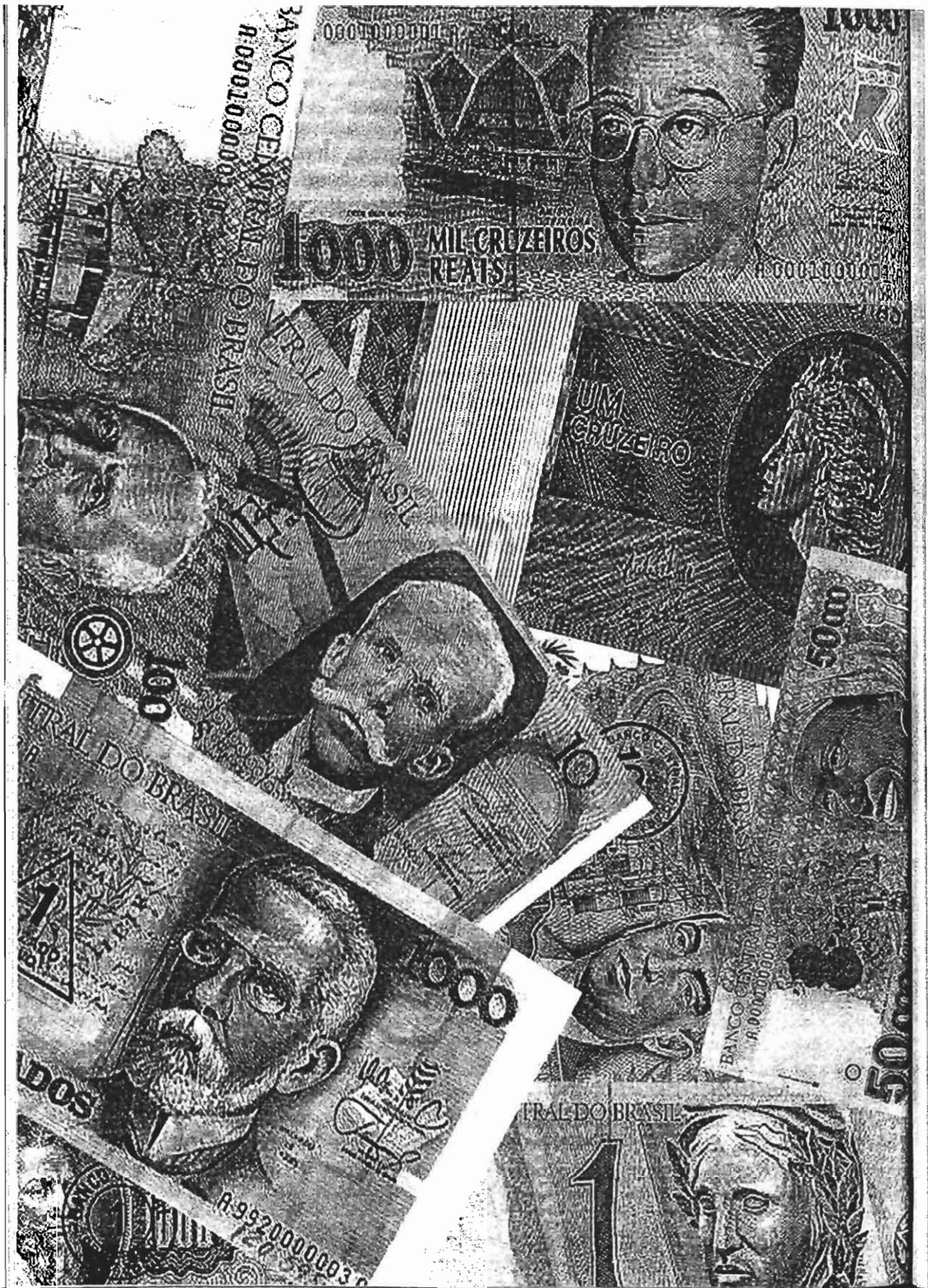
Seguiu-se um período de forte instabilidade monetário-financeira, grande volatilidade das taxas de câmbio, de juros e de

outros parâmetros internacionais. O dólar desvalorizou-se e, apesar de se manter como a principal reserva internacional, perdeu importância em relação a outras moedas (iene, marco alemão - depois euro), gerando uma instabilidade cambial de perversos efeitos sobre os fluxos comerciais.

No final da década de 1970, os principais bancos centrais tentaram diminuir essa instabilidade, mas quase sem sucesso prático. Então, mudanças na política econômica dos EUA, especialmente a elevação das taxas de juros, transformaram-no em principal receptor do fluxo de capitais internacionais, provocando o agravamento da *crise da dívida externa* dos países em desenvolvimento.

Tornou-se evidente, mais uma vez, a necessidade de um novo sistema monetário internacional que, entre outras medidas, estabilizasse os fluxos de capitais internacionais e introduzisse importantes mudanças nos processos de internacionalização e de globalização dos mercados financeiros.

O contexto de globalização financeira aumentou a vulnerabilidade dos países emergentes às crises econômicas, cambiais e financeiras, contaminando também a economia brasileira e suas cooperativas.

1000 MIL CRUZEIROS REAIS
UM CRUZEIRO
TRAL DO BRASIL

3. Revendo o presente cooperativo

Delimitado pelos parâmetros **1980** e **2007** (quando foi terminado este estudo, como já foi dito), o ***presente cooperativo*** foi marcado por reações opostas: de um lado, grande *esperança popular* na Constituição Federal de 1988 e nos governos eleitos democraticamente; e, de outro lado, decepções diante de promessas não cumpridas por políticos e governantes, de declínio do Real e das conseqüências negativas do severo "receituário" do Consenso de Washington, adotado pelo Governo Federal do Brasil.

3.1. Os gargalos da economia e do cooperativismo

Para permitir a compreensão dos estrangulamentos da economia brasileira no período 1989-2007, resumiremos seus principais *pontos fortes* e *pontos fracos*:

Na **década de 1980**, os pontos fortes continuavam, de modo geral, ligados basicamente ao forte investimento do governo em energia e siderurgia. Persistiam, contudo, os pontos fracos resultantes do crescente descontrole nos gastos públicos, de um orçamento que existia apenas teoricamente, do aumento do custo de produção das estatais, dos altos juros (que contribuíam para acelerar o endividamento do governo), enquanto o crescimento do PIB aproximava-se de zero, a economia continuava fechada ao capital estrangeiro, as contas da Previdência sinalizavam desequilíbrio crescente, a in-

flação e a crise do petróleo explodiam. E o governo complicava tudo com a declaração da moratória da dívida externa...

Os fatos cooperativos mais importantes, na década de 1980, foram a proibição constitucional de interferência do Estado em associações e a outorga constitucional da autogestão ao próprio sistema cooperativo.
Ao mesmo tempo, registrou-se intenso crescimento das cooperativas urbanas, especialmente de crédito e de trabalho. Intensificaram-se as concentrações horizontal e vertical com a multiplicação de centrais, federações e confederações. Ampliou-se a educação cooperativa.

Na **década de 1990** e **início dos anos 2000,** destacaram-se os seguintes pontos positivos: estabilização da economia Pós-Plano Real, equilíbrio das contas públicas, reforma do Estado, abertura da economia ao capital estrangeiro e ganhos de produtividade na indústria e na agricultura. O *agronegócio* tornou-se o principal pólo de irradiação do dinamismo econômico do País. Depois de longa estagnação, alguns setores industriais sinalizaram a retomada do crescimento, principalmente a siderurgia e a construção civil (embora esta última continuasse muito dependente de estímulos governamentais, sobretudo nas regiões metropolitanas).

Na década de 1990 e no início dos anos 2000: o cooperativismo brasileiro internacionalizou-se[24], dois Bancos privados de crédito cooperativo foram fundados, criou-se o Sescoop (Sistema S) para a educação cooperativa, emergiram as vertentes de cooperativas de crédito sindical e de economia solidária. Surgiram a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes, junto ao MTE) e a União Nacional da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), confirmando o fim da unicidade de representação política do cooperativismo pela OCB, contestada há anos pelo emergente cooperativismo sindical.

[24] Foi muito importante a atuação do cooperativista Roberto Rodrigues (agrônomo, prof. da Unesp, ministro da Agricultura no Governo Lula e ex-presidente da ACI, Aliança Cooperativa Internacional).

Persistentes gargalos econômicos continuaram dificultando o caminho do Brasil em direção ao desenvolvimento sustentável: altas taxas de juros, pesada carga tributária (as *mais altas do mundo*, sobretudo se considerarmos o baixíssimo retorno em serviços de educação, saúde, transportes e segurança pública), fraca poupança interna, aumento do déficit da Previdência, aumento do desemprego e visível empobrecimento da população. A política agrícola protecionista dos países desenvolvidos também contribuiu negativamente – apesar de *provisório* otimismo quando a OMC (Organização Mundial do Comércio) aceitou a reivindicação do Brasil contra a política de subsídios dos EUA à produção de algodão, reconhecendo que causava prejuízos ao comércio internacional; e concedeu seis meses para os EUA retirarem os subsídios às exportações do algodão.

> Mas foi uma vitória relativa porque os EUA, em casos semelhantes, têm usado todas as medidas dilatórias possíveis e, depois de longas discussões e de recursos, o laudo final abre nova e mais complexa disputa... Por outro lado, é ínfima a possibilidade de *retaliação* por parte do Brasil: além de reduzido impacto sobre a economia norte-americana, acabaria afetando a própria economia brasileira. Ademais, é difícil enfrentar um importador de quase US$ 2 trilhões anuais enquanto o Brasil exporta para os EUA apenas algo em torno de US$ 80 bilhões...

Um fato digno de destaque, entretanto, foi uma espécie de antecipação de PPP's (Parcerias Público-Privadas) ou de ações inovadoras da coletividade para resolver problemas localizados (citricultura, febre aftosa), em diversas ocasiões, unindo industriais, produtores e governo.

O agronegócio, âncora para a retomada do desenvolvimento brasileiro e símbolo de modernidade na zona rural, continuou sendo um *gigante de pés de barro*, devido às deficiências infra-estruturais (sobretudo portuária e de transportes), apesar de responder, em 2004, por quase metade das exportações brasileiras.

O vigor agrícola exportador, por outro lado, colocou o Brasil na mira dos concorrentes externos. A intensa batalha travada pela

conquista de mercados foi equiparada à "terceira guerra mundial" por Roberto Rodrigues, então ministro da Agricultura (Governo Lula).

Todavia, o MST manteve sua oposição ao agronegócio por considerá-lo *paradigma neoliberal* concentrador da terra e da renda, não gerador de empregos, nem de alimentos, e cujas exportações destinam-se ao pagamento de uma dívida externa que só cresce.[25]

Aumentou, porém, a sinalização oficial de maior produção em setores com alto nível de capacidade instalada (como a indústria do aço, insumos de veículos e eletrodomésticos, mecânica, papel e celulose). Linhas especiais de crédito foram criadas para apoiar determinadas atividades de empresas e de pessoas físicas, inclusive reforma e aquisição de imóveis residenciais e comerciais.

Outros pontos positivos foram a ampliação do mercado interno em diversos setores de pesquisa, criação e inovação em áreas que ofereceram oportunidade de trabalho e emprego, como software, aeronáutica e biotecnologia. Todavia, alguns setores econômicos dinâmicos ficaram excluídos na medida em que optaram por uma industrialização conduzida por transnacionais.

O Brasil saiu da posição de mero exportador de produtos primários pela via do agronegócio. Por outro lado, as promissoras exportações de máquinas e de equipamentos para os países latino-americanos esbarraram em problemas como a perda de mercado interno e a falta de estimulo à tecnologia nacional. Além disto, as privatizações e a *abertura* comercial dos anos 1990 também dificultaram a geração e a aplicação de *tecnologias próprias*, além de haverem contribuído para desequilibrar a balança de pagamentos com o aumento das remessas de lucros para o exterior. Outros problemas emergiram como resultado de dificuldades com os parceiros do Mercosul (como, por exemplo, as barreiras da Argentina aos eletrodomésticos brasileiros). Como a criação da Alca foi desacelerada por falta de entendimento do Brasil com os EUA, ambos partiram para acordos bilaterais com países da América Latina.

[25] Posicionam-se também contra o agronegócio vários intelectuais, entre eles Ariovaldo Umbelino de Oliveira (prof. do Dep. Geografia da USP, autor de Os Mitos do Agronegócio, Revista Sem Terra), o geógrafo Mançano Fernandes (pesquisador da Unesp e assessor do MST) e Horácio Martins de Carvalho (ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária)

Continuaram, e até aumentaram, os *temores* de alguns pontos fracos, com destaque para a possibilidade de *retorno da inflação*, do *aumento dos gastos públicos e* do *desequilíbrio das contas públicas.* Tal como no passado, temia-se uma turbulência *interna* se o Banco Central do Brasil aumentasse as taxas de juros, e uma turbulência *externa,* ligada ao aumento das taxas de juros norte-americanos pelo FED, Banco Central dos EUA. Entretanto, tal temor diminuiu em 2006 quando seu presidente, o economista Ben S. Bernanke[26], sucessor de Greenspan, confirmou a promessa de *gradualismo* ou de pequenos aumentos gradativos.

Havia ainda outros temores: um *3º choque do petróleo*, o *superaquecimento* da economia chinesa (fato novo na economia mundial), e o recorrente *aumento do risco-Brasil* – ou dúvida dos investidores quanto à capacidade do Brasil pagar sua dívida externa, prevendo-se a necessidade de o governo brasileiro oferecer taxas de juros maiores do que as do Tesouro dos EUA, como condição para atrair aplicações em papéis brasileiros.

Esse período conheceu a ***ascensão*** **do Plano Real**[27], lançado em 1º de julho de 1994, porém *gestado* desde maio de 1993, quando FHC era ministro da Fazenda do Presidente Itamar Franco.
Mas esse período conheceu também a ***queda*** **do Plano Real**, pressentida desde 1998, quando todos os indicadores econômicos se deterioraram, exceto a taxa de inflação e exceto, ainda, a explosão das *importações* devido à política de valorização cambial.

Um desastre político de sérias conseqüências, entretanto, foi evitado em 1998, graças a um empréstimo de US$ 41 bilhões do FMI ao Brasil, endossado pelo Presidente Bill Clinton (EUA), embora com a rejeição dos técnicos daquele Fundo, que se opunham ao congelamento cambial.

[26] Ben S. Bernanke (ex-chefe da assessoria econômica de Bush), um dos homens mais poderosos da economia globalizada, com a missão de defender o dólar, a principal e quase única moeda de reserva do planeta.

[27] Ver Diva Benevides Pinho, O Real e as Cooperativas, Revista de Estudos Econômicos, São Paulo: FIPE, vol. 25, número especial, 1995/96, p.47-71.

As memórias de Robert Rubin[28], secretário do Tesouro no Governo Clinton, confirmaram a gravidade da situação do Brasil em 1998: a dívida interna líquida do setor público saltara de 30%, no início de 1995, para 41,7% do PIB no fim de 1998; a taxa anual de crescimento das exportações caíra para apenas 4,2%, enquanto o mundo registrava um crescimento de 6,6% ao ano.

Entre os críticos da situação do Brasil desde o Plano Real à atualidade, destaca-se Delfim Neto: "estamos numa ***armadilha***[29] que tem de ser resolvida" – para crescer, o Brasil precisa "ampliar os investimentos públicos, mas sem violar as condições de equilíbrio". Ou seja, "o sistema financeiro não consegue conviver com o aumento da relação dívida/PIB sem exigir aumento de juros". Ora, *há mais de uma década* as despesas de Custeio do Governo crescem 6% em termos reais enquanto o PIB cresce por volta de 2,5% ... "Não é preciso fazer muito esforço para entender que duas tendências divergentes caminham para nenhum equilíbrio". O Estado ficou pesado demais. "O *Setor Público* apropria-se de 41% do PIB, 38% da carga tributária, mas poupa e investe apenas 1%, enquanto o *Setor Privado* apropria-se de 60% do PIB e investe 19%. Se conseguirmos que esses números sejam respectivamente 3% e 19%, voltaríamos a níveis que já tivemos no passado"[30]

Precisamos encontrar os mecanismos para esse balanceamento e, sobretudo, ampliar os investimentos públicos sem violar as condições de equilíbrio. Daí, as questões levantadas por especialistas de várias áreas: como crescer 5 ou 6% ao ano com baixa taxa de inflação, com redução das desigualdades, contas correntes equilibradas e taxas de câmbio e de juros parecidas com as dos concorrentes? Para crescer 5% é preciso controlar as despesas do governo a fim de liberar recursos para investimentos públicos, e reduzir a taxa de juros para poder desvalorizar o câmbio e dar condições de competitividade ao empresariado (sabe-se que, se a indústria não crescer em torno de 7%, o PIB não pode crescer 5%).

[28] Cf. *CartaCapital*, 14/janeiro se 2004, p. 21,Os EUA e a Armadilha, de Antonio Delfim Netto.

[29] Antonio Delfim Netto, CartaCapital citada, p.21; ver também sua palestra com economistas brasileiros na inauguração da sede do Corecon-SP (O Economista, janeiro 2007) e o Programa de Pesquisas e Seminários do Departamento de Economia da FEA-USP em 2007).

[30] Delfim Netto, O Economista, São Paulo:Corecon, janeiro/2007, p. 6.

Delfim Netto adverte ironicamente que o Brasil tem sido "vítima da trágica combinação de *tarô* e *econometria* e que os *taro-econometristas* construíram certas teorias e mitos que têm sujeitado o Brasil a uma série de constrangimentos". Critica o Banco Central – "comandado pelo *mito* de que qualquer crescimento acima de 3% provoca inflação"... Não discute Delfim a política econômica brasileira (semelhante à do mundo inteiro), mas sim o mecanismo usado para colocá-la em prática. Observa que em nenhum lugar se usa, como aqui, o *sistema de metas inflacionárias para produzir um desequilíbrio cambial;* e este desequilíbrio torna-se um mecanismo oportunista para reduzir a taxa de inflação.

Para Delfim Netto[5], a **taxa de câmbio** foi *o mais polêmico e devastador problema* do Plano Real, a "grande aventura que vitimou o País", *justificada* depois por uma *pseudoteoria econômica moderna*", segundo a qual o conhecimento hegemônico das autoridades monetárias permite-lhes impor à sociedade suas decisões porque elas resultam de conhecimento "científico".

A avaliação do *Plano Real*, no início de 2007, confirmou que a *batalha foi perdida por falta de ajustamento cambial*, embora se tenha conseguido vencer uma das mais resistentes e duradouras inflações da história econômica brasileira e mundial, pela implosão do sistema de correção monetária enraizado em todos os setores da economia e na própria cultura da população brasileira.

No decênio de vigência do Plano Real (1994-2004), o crescimento econômico do Brasil ficou abaixo da média dos países emergentes e o total de desempregados foi tão grande que a previsão mais otimista de sua reabsorção pelo mercado de trabalho, previa cerca de sete anos de crescimento do PIB a uma taxa média de 3,5% ao ano...

[31] Antonio Delfim Netto, A Aventura Cambial, Folha de São Paulo, 30-6-2004, p. A2.

Passada a euforia inicial, a maioria dos brasileiros ***perdeu*** com o Plano Real – os *empregados*, devido ao elevado número de empregos extintos, os *contribuintes* (aumento de 255% em tributos), o *comércio* e o *País* (o PIB médio anual foi de apenas 2,2%). ***Ganharam,*** porém, os *rentistas* (rentabilidade de 399% dos fundos DI), os *Bancos* (aumento de 1.039% nos lucros dos dez maiores), as *tarifas públicas* (reajuste de 255%) e a *remuneração do salário mínimo* (aumentou 25%).

Quanto às **cooperativas**, a mais visível conseqüência do Plano Real sobre elas foi sua grande descapitalização e, portanto, a diminuição do capital de giro, dos investimentos em ampliação e/ou novas instalações, máquinas e equipamentos, bem como em treinamento de pessoal. Houve, porém, aspectos positivos, entre os quais um de importância fundamental (talvez o menos visível de todos) – o desafio de reengenharia interna e de aceleração da busca de *Qualidade e Produtividade* segundo os padrões da economia globalizada e planetária. Em outros termos, as cooperativas partiram para intenso programa de racionalização administrativa, *downsizing* e outros, a fim de diminuir seus custos e aumentar sua competitividade na economia mundializada.

As conseqüências negativas do Plano Real, entretanto, foram mais graves nas categorias cooperativistas que já apresentavam sérios problemas, especialmente as de ***consumo***. Aliás, com raras exceções (como a Coop Consumo[32], antiga CooperRhodia, em São Paulo) esse ramo já vinha decaindo devido à concorrência dos supermercados.

Por outro lado, as ***cooperativas de crédito-mútuo*** conseguiram recompor seus planos de empréstimos aos associados, a juros módicos – o que era, até então, impossível devido à corrosão da economia por inflação galopante.

[32] A Coop – Cooperativa de Consumo (criada em 1976, em Santo André, SP, com a denominação Cooperhodia) vem crescendo desde deixou de ser fechada aos funcionários da Rhodia: em 2001, inaugurou a primeira loja fora do eixo do ABC paulista, iniciando novas atividades em Tatuí (SP); em 2004, inaugurou a 22ª loja em Piracicaba (SP). Seu maior depósito ocupa uma área de 10 mil m² em Santo André, ao lado da central de carnes, que manipula cerca de 400 toneladas por mês. O total de cooperados passou de 59.811, em 1977, para cerca de 1.160.000 em 2004.

Por outro lado, o extraordinário aumento das ***cooperativas urbanas de trabalho*** resultou, sobretudo, da premente necessidade de se encontrar novas formas organizatórias da mão-de-obra desempregada ou proveniente de "demissões voluntárias" de empresas privadas e públicas.

Em resumo, interna e externamente, vários gargalos continuaram estrangulando as atividades das cooperativas e das empresas econômicas em geral. Felizmente, havia algumas vantagens comparativas. O Consenso de Washington continuou, porém, a ser apontado como o vilão de nossa história recente.

3.2. Repercussões do Consenso de Washington

Na década de 1980, agravou-se a situação do Brasil e da América Latina: estagnação econômica generalizada, dívidas externa e interna cada vez maiores, inflação galopante, desemprego e pauperização crescentes.

Com o objetivo de discutir um conjunto de reformas essenciais para que o Continente latino-americano retomasse o caminho do crescimento e superasse seus graves problemas, reuniram-se no *International Institute for Economy*, em Washington (EUA), em novembro 1989, representantes do governo dos EUA, organismos internacionais (Banco Mundial, FMI, BIRD) e economistas latino-americanos.

As conclusões dessa reunião, conhecidas como **Consenso de Washington**, incluíam planos de ajustamentos, prescrições e exigências dos órgãos de financiamento internacional (Banco Mundial, FMI e Banco Interamericano de Desenvolvimento), enfatizando a necessidade de adoção de drásticas medidas de disciplina fiscal, taxas de câmbio competitivas, desregulamentação, privatização, liberalização comercial e financeira, eliminação de barreiras ao investimento estrangeiro, redirecionamento das prioridades dos gastos públicos para as áreas de saúde, educação e infra-estrutura etc.

> Em síntese, o Consenso de Washington *endeusou* o sistema de mercado, condenou qualquer tipo de ação governamental e não discutiu *como* as propostas seriam realizadas, nem seus custos ou qual seria a seqüência ótima.
> Os países mais desenvolvidos da Comunidade Européia e os Estados Unidos, entretanto, relativizaram o conceito de abertura comercial, mantendo as barreiras protecionistas em determinados setores industriais e, especialmente, no setor agrícola.

O Brasil, segundo diversos críticos, foi imprudente e, logo no início da década de 1990, escancarou seu comércio internacional à globalização econômica, sem sequer reivindicar concessões correspondentes de seus parceiros comerciais. E mais: a partir de 1994, abriu seu mercado financeiro, oferecendo altíssimas taxas de juro aos capitais especulativos. Então, endividou-se e colocou, sem restrições, seu mercado interno às empresas estrangeiras para a compra de empresas brasileiras a *preços vis.*

3.2.1. Pós-Consenso de Washington

Os perversos resultados do *receituário* preconizado pelo Consenso de Washington evidenciaram a urgente necessidade de o Brasil reorientar sua política econômica. Tudo o que o Brasil conseguiu, para repetir a expressão de Stiglitz, foi apenas "uma paz de cemitério"...

Ou seja, não bastava reduzir o Estado ao *mínimo* para que os mercados funcionassem. Era preciso muito mais para se superar a estabilidade imersa em estagnação, como por exemplo, analisar os mercados financeiros, a transferência de tecnologia, o desenvolvimento de instituições, a concorrência e sua regulação, os problemas sociais etc.

Stiglitz, importante crítico do Consenso de Washington, defendeu políticas com capacidade de ampliar tanto a eqüidade quanto o Produto Interno Bruto (PIB), por meio da educação pública. Ou seja, o aumento das oportunidades educacionais repercute positivamente na eqüidade social e incrementa a eficiência econômica, tal como aconteceu no Japão, na Coréia do Sul e em outros países asiáticos, que investiram maciçamente em capital humano.

4. Planejando o futuro cooperativo

O crescimento brasileiro está travado pelo alto custo do capital, pela carga tributária elevadíssima e pelas ações anti-investimento adotadas pelo política governamental (apud Edmar Bacha[33])

Pergunta-se reiteradamente – por que o Brasil ainda não conseguiu chegar ao desenvolvimento sustentável? É um país potencialmente muito rico, seus recursos naturais são muito diversificados e sua população é pacífica, trabalhadora, inteligente e criativa.

A história mostra que os países desenvolvidos, ou do Primeiro Mundo, também tiveram fases de desigualdades sociais, de concentração da riqueza em uma pequena elite e de grande sofrimento do povo. Entretanto, não precisaram enfrentar o *mundo assimetricamente globalizado* antes de acumular experiências de gerenciamento e de crescimento eqüitativo, tal como acontece, atualmente, com o Brasil e com as jovens economias nacionais.

[33] Edmar Bacha, entrevista, Folha, 26-02-06, B7).

Como superar essa situação? A questão é complexa, sem dúvida, e exige mudanças, inclusive institucionais, a começar pelo combate à generalizada corrupção em todos os níveis da República. Exige, também, investimentos públicos e privados (internos e externos), embora o Estado brasileiro e o povo estejam esgotados pela elevadíssima carga tributária e pela não menos elevada relação dívida líquida do setor público/PIB.

Como se sabe, para atrair investidores são necessários, principalmente, quadros institucionais adequados, agências reguladoras eficientes e independentes e Poder Judiciário que assegure aos atores econômicos rigoroso cumprimento contratual.

Nos últimos dois anos, os Relatórios das Nações Unidas e de instituições especializadas (como a Goldman Sachs[34], por exemplo), colocaram o Brasil no *foco mundial de potencial crescimento,* ao lado da China, Índia e Rússia. Mas o Brasil foi rapidamente ultrapassado pela China e ficou atrás da Índia e também da Rússia.

Após um período de estagnação econômica, por volta de 2004-05, o Brasil parecia reiniciar um ciclo de crescimento econômico em torno de 3 a 4% ao ano. Todavia, sua sustentabilidade continuava na dependência de vários fatores, entre os quais reformas microeconômicas, maior inclusão social, maior sustentabilidade ambiental[35] e, evidentemente, ampliação da educação.

A doutrina e a teoria cooperativa colocam a educação entre os sete princípios fundamentais defendidos pela ACI, Aliança Cooperativa Internacional, uma das mais antigas organizações não-governamentais, criada em 1895, em Londres, para continuar a obra dos Pioneiros de Rochdale – os 28 tecelões fundadores da cooperativa-símbolo Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale Ltda, em 1844, em Rochdale (distrito de Lancashire, Manchester, Inglaterra).

[34] Ver Global Economics Paper, n. 99 (Dreaming with BRICs – The Path to 2050), no qual faz projeções (ou exercícios estatísticos) sobre o destino do Brasil, Rússia, Índia e China. Dúvida: será que os atuais regimes políticos dos BRICs são estáveis e continuarão estáveis nos próximos 45 anos? Será que nesse período não haverá turbulências econômicas exógenas?

[35] Segundo Thomas Vinod (vice-presidente do Banco Mundial), em economias ricas em recursos naturais, como a do Brasil, o meio ambiente pode ajudar a financiar o desenvolvimento e melhorar o bem-estar da população. O Banco Mundial tem apoiado os esforços do Brasil para avançar em três áreas – reformas microeconômicas, investimento social e meio ambiente.

4.1. Investimentos básicos – prioridade em educação

Há consenso quanto ao *investimento em educação* para o desenvolvimento sustentado do Brasil. Mas que investimentos? Defende-se sua concentração no preparo e na conscientização do cidadão, capacitando-o para exigir os seus direitos, pressionar seus representantes nos vários níveis do governo e para utilizar as oportunidades que surgirão com a dinamização da economia. Somente um amplo programa educacional poderá ajudar a remover os graves gargalos da educação pública, sobretudo na rede do ensino fundamental, cada vez mais insuficiente para atender a uma demanda crescente.

> Professores mal remunerados do ensino fundamental, ainda que tenham curso superior (exigência para lecionar da 5ª série em diante) e recebam alguma bonificação, apenas conseguem sobreviver com seus salários achatados, sem condições de comprar livros e de investir em sua própria reciclagem.

Durante algum tempo, o Brasil conseguiu crescer e chegar a ser a 8ª economia do mundo devido, sobretudo, sua reduzida despesa com *trabalhadores* de escolaridade incipiente[36]. As mudanças na economia mundial, a partir dos anos 1990, entretanto, chamaram a atenção para a urgente necessidade de se melhorar o ensino no Brasil. Contudo, os investimentos *públicos* em educação têm sido, comparativamente, muito inferiores aos investimentos oficiais em saúde básica.

[36] O Brasil vem se omitindo em relação ao ensino primário desde 1834, quando a responsabilidade pela educação e construção de escolas passou para as províncias, muitas delas sem condições orçamentárias. E até hoje há Estados sem condição de manter uma rede de ensino público. Para Célio Cunha, assessor de políticas Educacionais do Escritório brasileiro da UNESCO, o aumento de recursos para a educação depende de um plano de educação com visão de longo prazo e com o professor como centro do investimento – "no processo de melhora da qualidade do ensino, o professor representa dois terços desse esforço"(revista Educação, ano 8, n.86, junho de 2004, p. 55).

A *educação profissional* conta com o Poder Público e com empresas privadas, mas também com um sistema de gestão exclusivamente empresarial – o sistema S (Sesi, Senai, Senac, Sesc, Sest, Senat, Senar, Sebrae e Sescoop), sustentado por contribuições parafiscais.
Há, ainda, *políticas de compensação social e de inclusão* que, recentemente, procuram aumentar os índices educacionais das minorias, sobretudo afro-descendentes e índios.

A UNESCO chama a atenção para a interação da educação com o desenvolvimento econômico ao mostrar o grande salto econômico, há algumas décadas, do Japão e dos Tigres asiáticos e, recentemente, da Irlanda, Coréia do Sul, Malásia e China.

> Educação fundamental gratuita + professores competentes + condições estruturais básicas ⇒ eis a equação simplificada do desenvolvimento sustentável.

Entre as *condições estruturais* básicas do desenvolvimento sustentável estão a ***estabilidade econômica**, as **sólidas instituições*** no âmbito de todos os poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) e a ***abertura ao mercado internacional***.

Que elementos dessa *equação simplificada* do desenvolvimento sustentável são visíveis nos cenários do futuro cooperativista do Brasil? É o que se verá a seguir.

4.2. Cenários econômicos e cooperativos

A economia globalizada do Século XXI exige estratégias de desenvolvimento mais abertas e flexíveis, diferentes daquelas recomendadas pelo alemão Friedrich List[37], talvez o maior representante do protecionismo econômico da primeira metade do século XIX. Severo crítico do livre-cambismo inglês, teria sido o primeiro a usar a

[37] List participou, em 1833, da união aduaneira dos países alemães para proteger suas indústrias. Em 1841 publicou seu principal trabalho – Sistema nacional de Economia política. Considerava que somente a industrialização podia liberar um país da pobreza, mas com intervenção ativa do Estado para coordenar as energias necessárias.

expressão "chutar a escada", em 1831, a respeito do comportamento dos países que estavam se industrializando e queriam evitar concorrentes – expressão que Chang, prof. de Cambridge, retoma em nossos dias ao se referir aos EUA, como já vimos.

A economia globalizada exige, ainda, estratégias de desenvolvimento que se distanciem do isolacionismo preconizado pelo *nacionalismo puro*, da passiva aceitação de tecnologias implantadas por empresas multinacionais, ou do *bom comportamento* segundo o modelo do Consenso de Washington[38]...

As complexas estratégias de desenvolvimento sustentável incluem, atualmente, incentivos estatais à poupança, aos investimentos internos e ao progresso autônomo, com tecnologia própria e preservadora da natureza. Mas os mercados mundiais, como se sabe, poderão afetar a estabilidade internacional e estimular *cenários externos desfavoráveis ao desenvolvimento*, tais como a perda da autonomia decisória dos países com a crescente internacionalização dos circuitos monetários e financeiros; o recrudescimento do protecionismo econômico dos *países capitalistas centrais*; a escalada terrorista em nível mundial; ou dificuldades internas dos EUA, centro hegemônico mundial cujos déficits fiscal e externo poderão provocar uma alta generalizada das taxas de juros, abalando os países emergentes.

Outros cenários externos desfavoráveis vão do solapamento dos laços de cooperação entre as nações, até "chutar a escada" daquelas que poderiam se tornar concorrentes dos países altamente industrializados, como já se disse com base em Ha-Joon Chang (Ed. Unesp, 2004).

No segundo semestre de 2007, as análises do mercado financeiro global revelaram elevado grau de dúvida em relação ao futuro próximo e sinalizaram os principais riscos e incertezas ao citar o petróleo caro, as tensões no Oriente Médio, as ameaças terroristas, as possibilidades de pandemias (como a gripe aviária), os sinais de *fadiga* dos EUA, principal motor da economia assimetricamente globalizada (seu crescimento caiu da 5,6% para 2,9% do 1° trimestre/06

[38] Ver 3.2. Repercussões do Consenso de Washington, no item 3. Revendo o Presente Cooperativo.

ao 2º trimestre/06), e os novos rumos do juro no *Federal Reserve* (Fed, o banco central dos EUA) desde a saída de Alan Greenspan[39].

Quanto aos *cenários internos*, além da ampliação de alguns persistentes riscos históricos (como o *risco Brasil*), outros não menos preocupantes são, por exemplo, a deficiente infra-estrutura de transporte e portuária, sem condições de suportar um ritmo de retomada de crescimento em período longo; a escassez de crédito para financiar os projetos de crescimento econômico e social; a falta de definição do papel da iniciativa privada e do poder público em investimentos de infra-estrutura do tipo PPP, parcerias público-privadas etc.

As eleições/2006, em ambiente de calmaria apesar de sucessivos escândalos políticos e financeiros em diferentes níveis e de repercussões de várias CPIs (Comissões parlamentares de inquérito), não provocaram turbulências significativas no mercado. Separação entre política e política econômica? Maturidade política? Ou decepção generalizada?

Os países emergentes devem *forçar* um novo caminho para romper as *amarras* internas e externas que inibem o desenvolvimento, segundo a opinião de alguns intelectuais. François Chesnais (professor emérito da Universidade de Paris), entretanto, defende uma *oposição violenta*, com *ruptura radical,* moratória da dívida, controle de capitais pelos funcionários de bancos, ocupação de fábricas e de grandes propriedades rurais, entre outras medidas. Chesnais *reconhece*, porém, que a ruptura radical é uma via arriscada, um salto no desconhecido, somente justificável em caso de paralisia econômica,

Assim, as projeções sobre o futuro da economia brasileira não são tranqüilas. Os sinais de recuperação econômica do Brasil,

[39] Com a substituição de Alan Greenspan por Ben Bernanke, em janeiro/06, os comunicados das três reuniões do Fed trocaram o *viés do risco* pela expressão "data dependent" para indicar que sua avaliação depende de dados em aberto. Especialistas brasileiros consultados, em setembro/06, pensavam que Bernanke enfrenta uma situação delicada de desmonte da "bolha imobiliária", alta de *commodities* e de custo unitário dos salários. Talvez não queira repetir o erro da Grande Depressão de deixar o mercado sem liquidez e, então, jogou a dúvida para o mercado.

observados em 2003/05[40], mesclavam-se a importantes ***alertas*** que não podiam ter sido descuidados, especialmente a respeito da indústria brasileira e do agronegócio, como se verá a seguir:

(A) Quanto à **indústria brasileira**, dois antigos alertas permanecem inatendidos:

> **1º. Alerta:** a *capacidade instalada* da indústria brasileira está, em média, acima de 93%[41] em alguns setores de bens intermediários, como siderurgia, papel e celulose, química e petroquímica.

A situação será mais grave se o período de maturação dos investimentos, nessas atividades, for elevado e sua importância significativa para a economia nacional. Se tais indústrias estiverem operando nas proximidades do limite da capacidade de produção, até à maturação de novos investimentos haverá falta de produtos e aumento do custo, sobretudo nas indústrias dependentes da utilização de papel, produtos químicos e aço. Prevê-se, portanto, limitação da oferta e forte pressão sobre os preços.

> **2º. Alerta**: em curto espaço de tempo, a retomada do crescimento será sustentável SOMENTE se houver estímulo a novos investimentos em setores primordiais da economia. Em outros termos, o crescimento não se sustentará se estiver embasado APENAS em atividades de consumo de bens ou de serviços finais.

[40] Os fatos, em 2006, comprovaram a opinião dos estudiosos da questão ao consideraram prematuro o diagnóstico de crescimento sustentável na metade de 2006, por causa dos sérios gargalos na infra-estrutura (principalmente energia, portos e estradas) e de outros obstáculos, como elevado 'spread' bancário, problemas de ordem legal, altas taxas de juros pagas pelos títulos da dívida pública, que disputam a escassa poupança da economia com os investimentos produtivos.

[41] Cf. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, março de 2003) - diversos cenários para o crescimento da economia doméstica e das exportações brasileiras.

Como se sabe, bens de capital e bens intermediários são fundamentais para que haja *desenvolvimento econômico sustentável*. Daí, a necessidade de uma política industrial que discuta, ao mesmo tempo, os problemas conjunturais e os problemas estruturais do País, que analise a falta de capacidade instalada desses importantes setores, juntamente com um projeto de sustentação da indústria de base.

(B) Quanto ao **agronegócio** destacam-se, entre os diversos gargalos denunciados, a possibilidade de colapso na questão de sanidade animal e vegetal, devido a insuficientes recursos financeiros, funcionários desmotivados (baixos salários, insuficiente quadro de pessoal) e necessidade de reciclagem dos métodos de atuação.

Entre outros gargalos, destacam-se a *queda do dólar* em 2005-06, prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros no exterior, e a *"explosão" dos transgênicos* ou da produção de grãos geneticamente modificados.

Em relação aos cenários cooperativos, verifica-se uma tendência já marcante no início do século XXI: a diminuição da distância entre as empresas-cooperativas e as empresas-não-cooperativas devido à difusão geral de medidas humanizadoras tais como ações de *responsabilidade social*, a onda de *new age* no trabalho e a *cultura da cooperação*.

Responsabilidade social tem sido uma preocupação constante entre as grandes empresas, cooperativas e não-cooperativas. Entretanto, tem sido freqüente a crítica de que as empresas capitalistas a utilizam como "vitrine" promocional, estratégia de dominação do mundo burguês, marketing que se aproveita de determinados temas sociais (ecologia, crianças, idosos) para encobrir disputas por isenções e ganhos de imagem e de mercados.
A onda ***New Age*** no trabalho, por sua vez, também tem sido considerada uma simples proposta de animação, de apoio psicológico e de estímulos para integrar o funcionário no trabalho, torná-lo mais feliz e..., obviamente, aumentar a produtividade e o lucro da empresa.

Quanto às propostas de *governança progressista*, diz-se que buscam criar uma cultura da cooperação e um processo educacional com o objetivo primordial de aumentar a produtividade dos funcionários da empresa.

Por outro lado, multiplicam-se projetos de parceria de cooperativas com empresas-não-cooperativas para aumentar a atividade e a renda de ***pequenos produtores cooperativados***, desenvolver regiões e abrir mercados à exportação, como as parcerias com a GTZ, Agência Alemã para a Cooperação Técnica, para produzir óleo de mamona no Nordeste, algas em Fortaleza e em outras regiões do Nordeste; ou para fabricar cosméticos com frutas tropicais, principalmente acerola (já importada pela Alemanha), cupuaçu e açaí.

No início do Século XXI, a manutenção do *agronegócio como* o carro-chefe do desenvolvimento do Brasil, com as vendas externas em alta e a possibilidade de maior expansão, tornou evidente a importância do preparo tecnológico e competitivo das empresas-cooperativas agrícolas na economia mundializada, atuando juntamente com grandes empresas-não-cooperativas multinacionais.

Nos primeiros anos da década 2000, outra tendência apontava na direção de novos modelos cooperativos estrangeiros adaptados à realidade brasileira, como as *cooperativas de nova geração* dos EUA, Canadá e Dinamarca.

Esse modelo distingue-se das cooperativas agropecuárias tradicionais pela forma de gestão profissional baseada na eficiência econômica, na agregação de valor às *commodities,* em quadros mais fechados de associados, com capitalização aberta (além da tradicional capitalização via cooperados) e no reconhecimento dos direitos do produtor-cooperado. Mas as vantagens asseguradas são vinculadas à fidelidade do cooperado ou sua obrigação de entregar à cooperativa a produção estabelecida em contrato. Contudo, a introdução das *cooperativas de nova geração* no Brasil está na dependência de mudanças na Lei 5764/71.

Para completar a visão dos principais *cenários econômicos e cooperativos*, deve-se lembrar a possibilidade de algumas alterações em decorrência da passagem da *unicidade* à *pluralidade* de representação das cooperativas brasileiras. É o que veremos a seguir.

4.3. Emergência de novos sistemas cooperativos

O planejamento do futuro do cooperativismo brasileiro precisa levar em conta as mudanças externas, mas também as mudanças internas – tanto aquelas que já estão ocorrendo na liderança cooperativista nacional, como as que estão aflorando ou são apenas pressentidas.

Durante várias décadas essa liderança ficou concentrada na OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras criada pela Lei 5.764, de 1971, como representante ***única*** do cooperativismo nacional e órgão técnico-consultivo do governo (art. 105). A OCB sempre contou com importante apoio do Ministério da Agricultura para desenvolver suas atividades. Aliás, como vimos, devido à importância da agricultura para o consumo interno e para as exportações do País, o Governo Federal e alguns governos Estaduais, desde os primeiros anos da República, estimularam e apoiaram a difusão de cooperativas entre os *produtores rurais*. A explosão do agronegócio cooperativo no início dos anos 2000, entretanto, fortaleceu o apoio do Ministério da Agricultura e de Secretarias de Agricultura em diversos Estados.

(a) Assim, o **sistema cooperativo Pioneiro**, liderado pela OCB e o mais antigo de todos, foi construído ao longo do século XX com a forma de pirâmide embasada em diversas categorias de cooperativas singulares e fortaleceu-se com a união em centrais, federações e confederações, que ocuparam o centro e o topo da pirâmide. Desde 1971, os dirigentes cooperativistas mantiveram-se coesos em torno da OCB e de suas OCEs nos Estados, com apoio do Ministério da Agricultura e das Secretarias Estaduais de Agricultura (inclusive depois da autonomia autogestionária cooperativista assegurada pela Constituição Federal de 1988).

(b) Entre as vertentes que estão emergindo, está na dianteira o **sistema cooperativo de Economia Solidária.** Fortalecido em 2003, com a criação da Senaes (Secretaria Nacional de Economia Solidária,

junto ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social) e, em 2004, com a criação da **Unicafes** (União Nacional da Agricultura Familiar e da Economia Solidária), esse sistema tem como objetivo principal unir, em todo o País, as cooperativas de produção da agricultura familiar, as cooperativas do microcrédito e outras categorias de cooperativas para sua atuação como instrumento econômico, social e, ao mesmo tempo, meio de articulação, mobilização e defesa. Conta com apoio especial, entre outros, do Ministério do Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

(c) outro sistema é o que tem sido denominado **cooperativo-sindical**, visível desde os anos 1980 no meio operário e que atualmente apresenta três inovações principais:

= fortalecimento de um *subsistema cooperativo-sindical* (de forte conteúdo ideológico), que rejeita a OCB e conta com orientação da CUT, MST, Anteag, Unitrabalho e de outras instituições, com o objetivo principal de apoiar as pessoas *excluídas economicamente*, em especial os desempregados em casos de falência ou de dificuldades das empresas (como fechamento, terceirização de determinados setores etc).

= criação de um outro *subsistema sindical-cooperativo* sem conteúdo doutrinário cooperativista e excluído do sistema OCB, como o que se verifica no Estado de São Paulo com a adesão das cooperativas paulistas ao movimento cooperativo-sindical, historicamente criticado pelo cooperativismo brasileiro.

= criação de um *novo subsistema cooperativo-sindical* dentro do próprio Sistema OCB, sem conteúdo ideológico, e resultante da união de *sindicatos de cooperativas* com as antigas *entidades de representação das cooperativas,* criadas com base na Lei 5.764, de 1971: a OCB e suas filiadas Organizações Estaduais de Cooperativas (exceto São Paulo). Contudo, este subsistema tem finalidade apenas fiscal e não interfere na liderança do Sistema cooperativo Pioneiro.

> Até então separados historicamente no Brasil, sindicatos e cooperativas do Sistema OCB passaram a formar uma só entidade no início dos anos 2000, isto é, uma entidade ao mesmo tempo sindical patronal e de representação das cooperativas sediadas no âmbito de cada filiada da OCB.

(d) *núcleos de liderança cooperativista* em gestação – prevendo-se duas possibilidades principais:

= a emergência de uma nova liderança do *cooperativismo de trabalho* ancorado no Ministério do Trabalho, situação já esboçada com o Anteprojeto de lei de fiscalização e controle dessas cooperativas (fevereiro/2005), criando a obrigatoriedade de seu registro no Ministério do Trabalho, e não mais no Sistema OCB, como determina a Lei 5764/71. Aliás, o Sistema Cooperativista Pioneiro tem reagido a iniciativas como essa, considerando-as *inconstitucionais* (a Constituição de 1988 proibiu a interferência estatal nas cooperativas), contrárias à lei 5764/71 e a alguns princípios cooperativistas, como o de livre adesão;

= a emergência de dois grupos de liderança de *cooperativas de crédito de livre admissão de associados:* um, para os micro e pequenos empreendedores e os *excluídos* do mercado financeiro (sem conta bancária e sem carteira de trabalho), nos termos da Resolução Bacen n. **3.106** (25 de junho de 2003); outro, para os médios e grandes empresários, de acordo com a Resolução Bacen n. **3.140** (27 de novembro de 2003).

Outras inovações no planejamento do futuro cooperativo no Brasil, inclusive com possibilidade de criação de novas lideranças cooperativistas, estão relacionadas às estratégias para a atuação das cooperativas na economia mundializada ou globalizada.

4.4. Estratégias para a globalização das cooperativas

Desde os primeiros anos do século XXI, todos os sistemas e instituições intensificaram a busca de novas estratégias de gerenciamento de empresas para a competição na economia *globalizada*.

O desenvolvimento de uma *estratégia transcultural*, por exemplo, ajuda a determinar se existem ou não oportunidades internacionais que possam beneficiar uma determinada categoria de cooperativa. Para isto, aponta-se a necessidade primeira de se conhecer o ambiente mundial; em seguida, é necessário conhecer os indicadores econômicos internacionais e os governos nacionais,

inclusive suas respectivas estruturas legais. Pressupõe-se, ainda, a tarefa de conhecer os concorrentes, os fornecedores, as tecnologias, a geografia, os mercados locais etc.

Os profissionais de *recursos humanos globais* poderão ajudar os dirigentes das cooperativas na formulação de questões básicas que identifiquem, previamente, quem são seus clientes e o que eles desejam. Em outros termos, antes da fabricação dos produtos, as cooperativas precisam conhecer os clientes e suas necessidades (que produtos e serviços compram, porque e onde compram) e analisar as possibilidades de ampliação da clientela e dos negócios da cooperativa. Com tais informações, a cooperativa terá elementos para decidir se pode ou não fabricar determinado produto a um preço mais baixo e com melhor qualidade em comparação com seus concorrentes internacionais.

Recursos humanos globais, entretanto, *não nascem prontos*[42], ou seja, precisam ser treinados para uma *nova cultura do trabalho* e um *marketing transcultural.* O treinamento deve abranger tanto os líderes como as equipes de cooperados, assessores, empregados, negociadores transculturais e outros que atuem na cooperativa.

O treinamento deve se dirigir fundamentalmente a recursos humanos inovadores e com possibilidade de liderança, alto desempenho e alto nível de compromisso, incluindo-se o compromisso da ACI, Aliança Cooperativa Internacional, com os *valores éticos e filosóficos* do cooperativismo.

No caso específico de *cooperativas agrícolas* ou *outras* da área de exportação e importação, é indispensável também a análise do mercado mundial para se identificar quais as melhores oportunidades de *investir, produzir e vender* com o melhor preço, tanto no mercado interno como externo. E deve-se examinar também qual o melhor retorno e o melhor preço dos bens, dos insumos, dos produtos acabados e semi-cabados. O planejamento das atividades de pesquisa e o recrutamento dos recursos humanos devem ser feitos onde as cooperativas tenham possibilidade de capitalizar capacidades técnicas e insumos a custos menores.

---

[1] Ver Moran, R.T., Harris. P. R., & Stripp, W.G. Desenvolvendo Organizações Globais. São Paulo: Futura, trad, 1996.

E assim, uma nova visão de todos os envolvidos nas atividades cooperativistas criará oportunidades de mudanças organizacionais e de adequados ajustamentos da própria sociedade cooperativa às exigências da economia mundializada.

Aliás, se as cooperativas, como quaisquer empresas, quiserem sobreviver, não poderão deixar de se *enquadrar* na economia mundializada. Para isto, precisam ultrapassar as formas de trabalho da *Era Industrial*, marcada pela mecanização e quantificação, e se integrar na *Era do Conhecimento*, dominada pela alta tecnologia e pela rapidez de informação em todo o mundo.

De modo geral, o tamanho da empresa cooperativa não é tão importante para seu sucesso na globalização quanto sua atuação em nichos específicos, sua dinâmica comportamental, sua rápida movimentação e inovação. A empresa cooperativa precisa ser mais rápida em comparação a suas concorrentes.

Ao mesmo tempo, os cooperados terão possibilidade de atuar como agentes de mudança conscientes, habilitados para o novo ambiente de trabalho emergente no século XXI.

5. Considerações finais

No decorrer deste estudo foram indicados e sucintamente analisados os principais gargalos que dificultam o crescimento sustentável do Brasil e do cooperativismo. Muitos deles, como se viu, resultam de problemas estruturais e conjunturais internos, mas também de imbricações com a desaceleração da economia norte-americana e com o superávit das economias asiáticas, especialmente a China, e também das economias européias.

Alguns sinais de "otimismo cauteloso" a respeito do crescimento da economia brasileira em 2005/07, entretanto, revelam a manutenção dos três pilares básicos do modelo macroeconômico predominante desde 1999: o *superávit fiscal* para conter o endividamento público; a *meta de inflação* de 5%, com margem de tolerância de 2,5 pontos para cima ou para baixo; e a *taxa de câmbio flutuante* com livre movimentação de capitais para consolidar as contas externas.

O desempenho do setor público (União, Estados, municípios e empresas estatais) permitiu, em 2006, o cumprimento das metas acertadas com o FMI; e o aumento das exportações repôs a perda com a fuga dos capitais externos, diante das incertezas da política monetária dos EUA, possibilitando superávit da balança comercial.

O desemprego vem se mantendo em patamar elevado, especialmente entre os jovens de 15 a 24 anos: 31,82%, ou quase o triplo do existente entre pessoas com 25 anos ou mais (12,76%). É grave também o fato de apenas pequena parcela dos jovens ocupados conseguir conciliar formação escolar e formação profissional: em São Paulo, por exemplo, apenas 29,9% dos jovens estudam e trabalham, enquanto 70,1% dos jovens ocupados só trabalham (segundo pesquisa do Dieese, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, nas principais regiões metropolitanas brasileiras, com dados de 2005).

Mais da metade dos trabalhadores brasileiros continua sem emprego formal, o que significa baixa qualidade de trabalho e de remuneração; e o aumento da economia informal dificulta a expansão de empresas e de respeito à legislação brasileira em vigor. O declínio da renda das pessoas ocupadas tem contribuído para limitar o potencial dinâmico da economia.

Para que o desenvolvimento de uma nação seja *sustentável*, como se sabe, é necessário que possa contar com um vigoroso mercado interno, isto é, com uma população com poder aquisitivo e com capacidade de poupança. Ora, estudos recentes da POF (Pesquisa de Orçamento Familiar), do IBGE, mostram que, nos últimos 30 anos, o brasileiro ficou mais pobre, endividou-se e reduziu sua capacidade de compra[43].

Extrema pobreza, má distribuição da renda e flutuações econômicas agravam a situação da população brasileira. Milhares de brasileiros perdem seus empregos pelo encerramento de empresas que não conseguem suportar os custosnque o Estado lhes impõe[44].

Outro grave problema brasileiro é a *aceleração tributária do Estado* em cima dos impostos diretos (como é o caso do Imposto de Renda) e dos impostos indiretos (de 1970 a 2007 passaram de **7,5%** a **40%** do PIB).

---

[43] A partir de 2006, algumas instituições (como a Caixa Econômica Federal) oferecem juros baixos em diversas modalidades de crédito, empréstimos a empresas e consumidores, democratizam serviços bancários à população de baixa renda (até então excluída do crédito formal e do sistema financeiro), e abrem crédito para as áreas de habitação e de saneamento, com reflexos positivos na geração de emprego.

[44] Prevê-se diminuição da remessa dos imigrantes brasileiros ao Brasil (US$ 7 bilhões em 2006, segundo o BID) devido ao combate à imigração ilegal, sobretudo nos EUA (origem de cerca de 75% do dinheiro total enviado ao Brasil).

Com base em análises do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, IBPT, pode-se dizer que de cada R$ 100 em riquezas produzidas no País, do primeiro semestre de 2004 até 2006, R$ 40 ficaram com os três níveis de governo – União, Estados e Municípios. Mais grave, porém, é o fato de os impostos recaírem sobre os preços dos bens e serviços (ICMS, IPI, PIS, Cofins e outros), atingindo os consumidores de todas as faixas de renda. E muito mais grave ainda é a *histórica ausência* de retorno dessa altíssima arrecadação. Continuam insuficientes os serviços prestados pelo Estado, sobretudo nas áreas de saúde, educação e segurança[46]...

> O setor privado da economia tem sido fortemente prejudicado pelo aumento da tributação sobre a renda, o patrimônio e a produção. Antonio Ermírio de Moraes, empresário, espantou-se diante do aumento das despesas correntes do governo e da ausência de corte na proposta orçamentária de 2007: "O que isso significa? Mais imposto? Vamos passar dos 37,37% do PIB?" E desabafou: "Qualquer empresa que praticasse o expediente do governo, de gastar mais do que ganha, estaria quebrada há muito tempo". "O Brasil não quebra, mas também não cresce" (Antonio Ermírio de Morais, "Difícil de compreender", Folha, 03-09-06, A2).

Para sobreviver, o governo brasileiro recorre a cargas tributárias cada vez mais elevadas, viáveis somente em países de alta renda per capita, como os EUA, cujo IR gera mais de 50% da arrecadação, enquanto no Brasil o IR gera menos de 20% porque os rendimentos da maioria da população economicamente ativa (PEA) são inferiores ao limite de isenção.

---

[45] Alberto Tamer, "Brasil e Europa, mesmo imposto. Eles vêem o dinheiro, nós não"(O Estado de São Paulo, 4-7-2004, B11). Brasil e União Européia têm o mesmo nível de carga tributária – 40%, uma das mais altas do mundo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento (para o Brasil) e do Eurostat (órgão oficial de estatística da EU). A diferença é que aqui, o dinheiro desaparece no buraco negro da máquina estatal e, nos EUA, parte do dinheiro retorna sob a forma de eficientes serviços públicos gratuitos (segurança, saúde, educação) generosos salários-desemprego e investimentos em obras públicas.

Continua faltando, em nosso País, uma administração pública mais profissional, eficiente e eficaz. Sem equilíbrio fiscal rigoroso não há a menor possibilidade de o Banco Central reduzir drasticamente a taxa de juros e controlar a inflação[47] .

Aos crescentes gastos do governo soma-se o elevado volume de despesas obrigatórias criadas pela Constituição de 1988, e incompatíveis com o estágio de desenvolvimento do País.

A Constituição de 1988, segundo Maílson da Nóbrega[47], legou-nos uma tragédia, cujo efeito econômico mais sério é uma carga tributária "indecente e distorcida".
Em 2004/06, o Brasil gastava 22% do PIB com aposentados, pensionistas e servidores públicos; mais 6% obrigatoriamente com educação e saúde, por força das vinculações de receitas; e 5 % em juros. Só nestes itens estavam 33% do PIB, sem considerar as demais despesas – programas sociais, segurança, defesa, apoio à agricultura, exportações, arte, ciência etc.

Entre as mais visíveis conseqüências da tributação excessiva e dos juros elevados, destacamos neste trabalho:

= diminuição dos investimentos dos empresários, do consumo das unidades das famílias (inclusive em alimentação) e da capacidade de poupança da população;

= aumento das irregularidades que acompanham a expansão da economia informal no Brasil, sobretudo desde 2000[48] – sonegação, inadimplência, apoio a financiamento de campanhas políticas, suspensão de pagamentos à espera de "benefícios" das autoridades, como parcelamento da dívida, anistia fiscal e outros;

[46] Phelps, Prêmio Nobel de Economia em 2006, demonstrou, na década de 1960, que outras variáveis interferem na relação entre inflação e crescimento econômico, inflação e desemprego. Ver o Glossário deste livro.

[47] Maílson da Nóbrega, idem, ibidem.

[48] Segundo estudos do IBGE sobre o mercado de trabalho (2002), 34,1% das pessoas ocupadas eram trabalhadores por conta própria (na maioria camelôs e biscateiros) com rendimento médio familiar inferior a meio salário mínimo (R$ 200, na época). No trabalho nas vias públicas, mais freqüente nas regiões metropolitanas, verificava-se maior presença de crianças, adolescentes e mulheres, todos eles mulatos e pardos. Nos últimos anos, porém, o aumento do desemprego jogou na rua também pessoas brancas e homens válidos.

= persistência de fatores restritivos à atividade econômica e à competitividade, tais como a pesada burocracia governamental, a má distribuição de renda[49] e os baixos níveis de produtividade.

Apesar dos pontos negativos, contudo, o período de 2004/06 conheceu certo otimismo devido à pequena melhora das contas externas, dos juros internos, do desemprego[50] e das fragilidades macroeconômicas acumuladas durante décadas. E assim, apesar dos problemas econômicos internos do Brasil e da instabilidade dos mercados financeiros globais, há expectativas de um futuro brasileiro menos problemático na área econômica e, conseqüentemente, na área cooperativista.

BRASIL: CRESCIMENTO E PIB/2007

Prevê-se que o crescimento do Brasil em 2007 ficará por volta de apenas 3%, isto é, menor do que o crescimento da economia global, dos países emergentes e da América Latina (previsão já divulgada em setembro/06 pelo FMI em Panorama Econômico Mundial, setembro/06)[51].

Esse tímido avanço expõe as fragilidades do País em um momento de geral expansão da economia mundial. E assim, frustram-se as expectativas de crescimento da economia brasileira após a moderada recuperação entre 2003 e 2006. Questionava-se em 2004 se aquela recuperação seria duradoura, resultante da reengenharia econômico-empresarial nas décadas 1980/90; ou se seria mera recuperação cíclica, vôo de galinha, de curto fôlego, sujeito a turbulências externas e internas.

[49] Segundo informações da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) e dos Censos de 1980 e de 2000, a proporção das famílias ricas aumentou, no Brasil, de 1,8% em 1980, para 2,4% em 2000. Nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte, principalmente, vivem as famílias mais ricas do Brasil, em grande parte beneficiadas pela chamada *financeirização* da riqueza. Nesse mesmo período de 1980 a 2000, o total de pessoas vivendo em famílias pobres aumentou 18% e a classe média foi achatada. Os analistas consideram que os 10% do topo da pirâmide de renda, em 2001, ficavam com 75% da riqueza nacional; e o patrimônio das 5 mil famílias "muito ricas" (ou 0, 001% das famílias brasileiras), equivalia a algo em torno de 40% do PIB.

[50] O pequeno aquecimento da economia brasileira em 2006 estimulou um pouco a criação do emprego formal, sobretudo no interior, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

[51] "A incerteza política permanece uma preocupação, em parte refletindo as questões sobre a capacidade dos governos, em alguns países, de resistir a medidas populistas." Reportagem do jornal *Financial Times,* de 13-09-06, também externa preocupação em relação ao Brasil, advertindo que os investidores tendem a rejeitar ações e ativos "dependentes" do crescimento econômico.

Resumindo: permanecem a pesadíssima carga tributária concentrada sobre o setor formal da economia, a tendência de aumento das despesas governamentais (dificultando a queda do elevado custo do crédito) e a dúvida dos empresários quanto a investimentos no aumento da capacidade instalada para evitar possível falta de produtos (o que levaria a um aumento insustentável das importações).

E mais: perdeu-se o magnífico resultado do superávit da balança comercial brasileira em 2004-05, agravado de 2006 a início de 2007, por problemas climáticos e desaceleração da economia dos EUA, nosso principal importador.

Para a retomada do desenvolvimento brasileiro sustentado continuam faltando reforma política, inclusive com exigência de fidelidade partidária; reforma trabalhista, para incorporar o grande contingente de brasileiros que estão na informalidade; reforma previdenciária e fiscal para impedir que o setor público continue absorvendo desproporcional fatia dos recursos da sociedade brasileira.

Na falta de uma estratégia nacional para acelerar a economia do Brasil, os debates sobre desenvolvimento econômico continuam concentrados em alguns pontos cruciais, tais como a urgência de superação da 'inconversibilidade' da moeda (moedas frágeis internacionalmente, como a brasileira, exacerbam a preferência pela liquidez), o atraso produtivo (e suas crônicas insuficiências, como a infra-estrutural), e a extrema desigualdade social (falta de avanço em políticas de bens públicos como educação, saúde, saneamento, transporte coletivo, habitação de interesse social).

Segundo Delfim Netto, como já vimos, para sair da armadilha[52] em que o Brasil se encontra atualmente, precisa equilibrar o crescimento do PIB com as despesas de Custeio do Governo e ampliar os investimentos públicos, mas sem aumentar o peso do Estado (já enorme). Tudo sem o mito de que qualquer crescimento acima de 3% faz retornar a inflação – mito comandado pelo Banco Central e que, para Delfim, é uma trágica combinação de tarô com econometria... (como foi visto páginas atrás).

[52] Antonio Delfim Netto, CartaCapital citada, p.21; ver também sua palestra com economistas brasileiros na inauguração da sede do Corecon-SP (O Economista, janeiro 2007) e o Programa de Pesquisas e Seminários do Departamento de Economia da FEA-USP em 2007).

Outros pontos críticos persistem, como a dificuldade do Mercosul, ambicioso projeto de integração geopolítica, conseguir se impor como uma área de livre comércio ou como uma união aduaneira. Continuam, também, as dúvidas quanto ao êxito da estratégia Sul-Sul, pilar da atual política externa brasileira.

Enfim, o Brasil ainda não conseguiu realizar as reformas necessárias à sua modernização, nem retomar o desenvolvimento sustentável. Apesar de ter sido o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980, há anos o nível de investimento público e privado no País continua estagnado em torno de 20% do PIB.

E, também, o sistema político brasileiro ainda não conseguiu arbitrar internamente como distribuir, entre os grupos da sociedade, os custos de educação, saúde universal e outros programas sociais. Sem criar formas de financiamento desses programas, o Estado continua recorrendo à tributação e não à poupança interna como estratégia de crescimento.

Nesse contexto, o cooperativismo brasileiro reflete os principais problemas que entravam o desenvolvimento do País. Todavia, os fatos econômicos e sociais referentes a seu passado e a seu presente confirmam a importância da contribuição de todas categorias de cooperativas para se chegar ao desenvolvimento sustentável do Brasil (com destaque especial, em 2005/06, para as cooperativas agrícolas e de crédito).

Os cenários futuros indicam que as cooperativas continuam representando importante modelo de reação organizada dos atores das mais diversas áreas de atividade econômica e social. É que, ao buscar soluções para seus próprios problemas, os associados de cooperativas contribuem para a solução das principais questões de suas respectivas comunidades e de seus Estados. E assim, o cooperativismo brasileiro continua a histórica tarefa educacional desempenhada pelo cooperativismo mundial, desde a metade do século XIX.

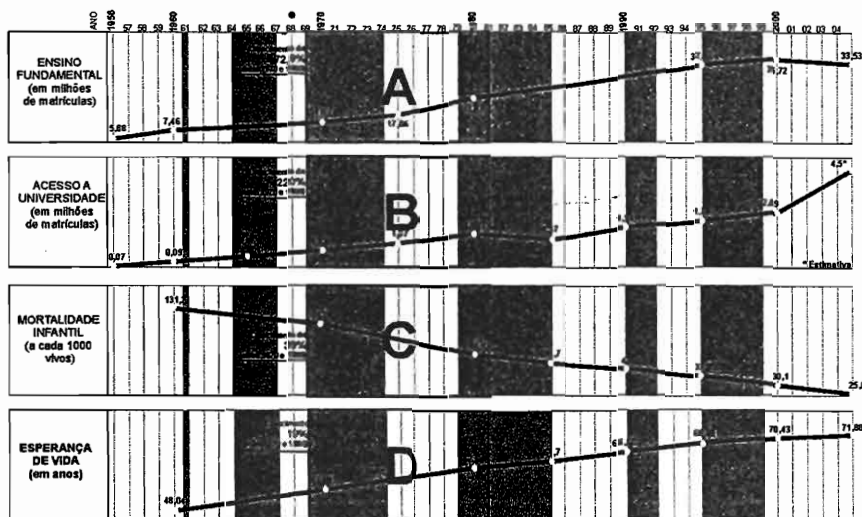
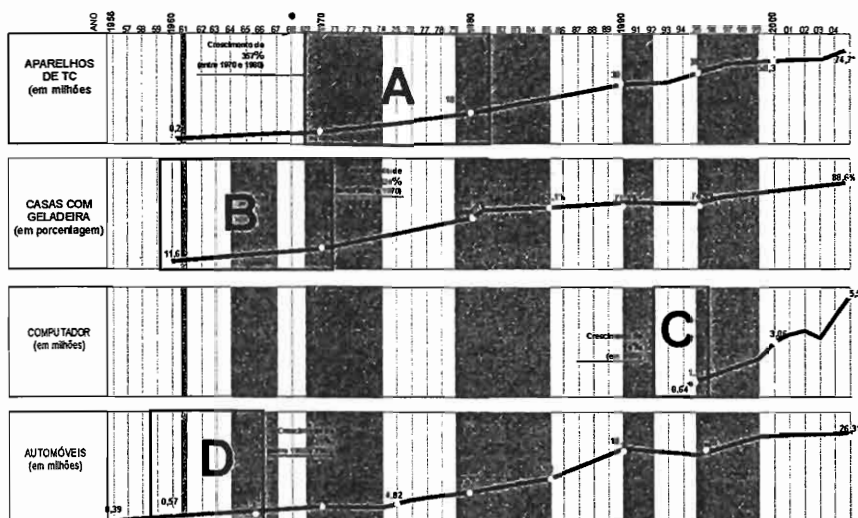
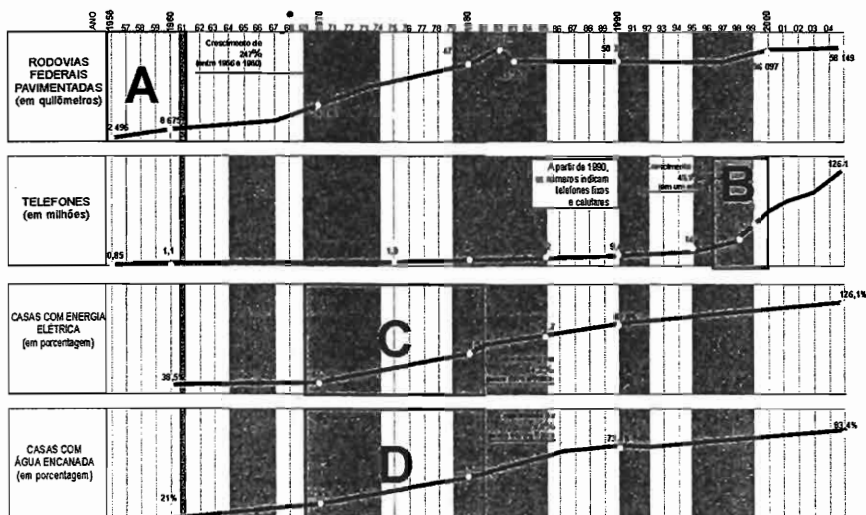
A formação profissional e tecnológica dos associados de cooperativas, sobretudo com programas educacionais por elas implantados, caminha na direção de capacitá-los para uma gestão integralizadora na economia nacional e, também, na economia mundializada.

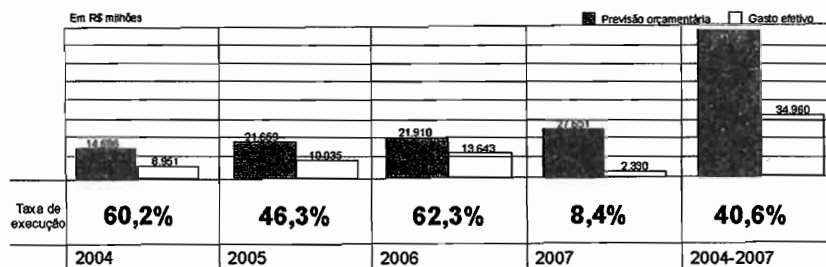
O sucesso futuro das cooperativas dependerá, como se acentuou neste estudo, de seu papel inovador em nichos específicos, de sua rapidez em comparação com os concorrentes e de sua liderança na nova cultura do trabalho, mas sem abandonar os valores éticos e filosóficos defendidos pela ACI, Aliança Cooperativa Internacional, e que há mais de um século e meio marcam o cooperativismo mundial.

6. Brasil em números e gráficos

1.

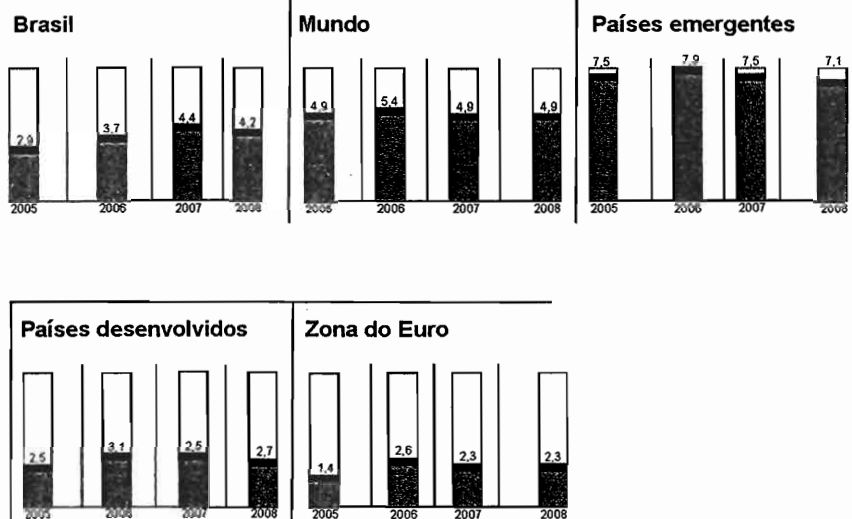
Comportamento dos 12 indicadores básicos de progresso e qualidade de vida dos brasileiros nos últimos 50 anos, segundo seleção e análise da revista Veja (2006/out./4)

2.

Em artigo publicado na FOLHA DE SÃO PAULO, em 14 de abril de 2007,

A EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO GOVERNO

3.

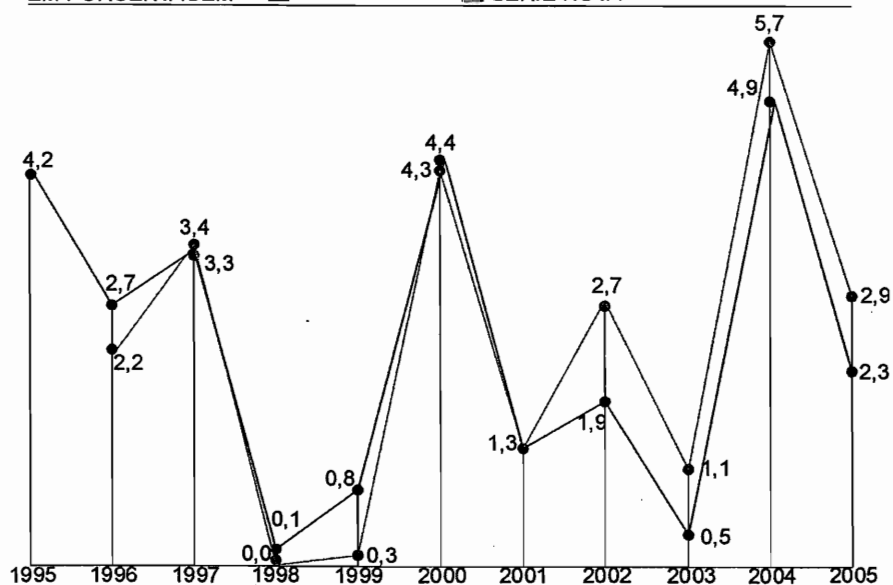
Em artigo publicado na FOLHA DE SÃO PAULO, em 14 de abril de 2007.

CRESCIMENTO DO PIB
Relatório do FMI traz as projeções para a expansão mundial em 2007 e 2008

Fonte: FMI

4.

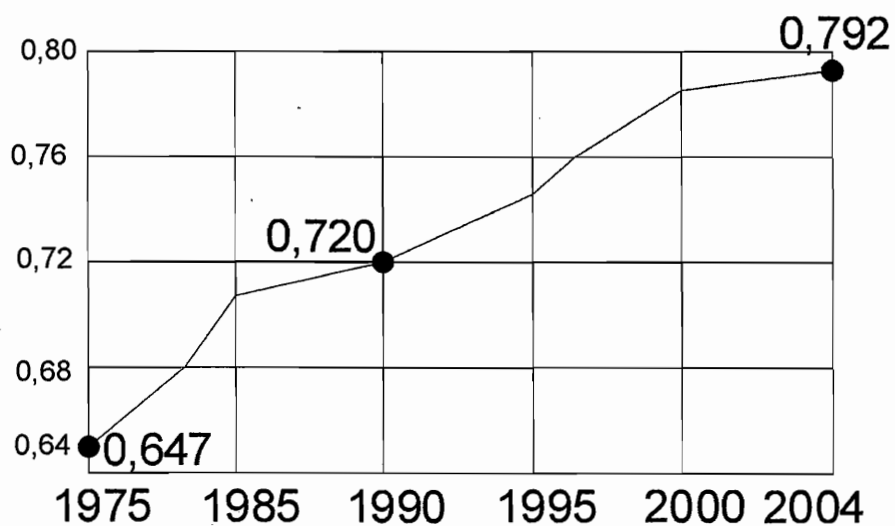
Em artigo publicado em O ESTADO DE SÃO PAULO, em 22 de março de 2007.

EVOLUÇÃO DO PIB

Fonte: Austin Rating/Reinaldo Gonçalves

5.

Em artigo publicado na FOLHA DE SÃO PAULO, em 10 de novembro de 2006.

CRESCIMENTO DO IDH
Reatório indica aumento da renda e diminuição da desigualdade no Brasil

Fonte: PNUD

6.

Em artigo publicado na Revista CartaCapital, em 21 de setembro de 2005.

Níveis de consumo

Fonte: CENSO

DOIS NÍVEIS DE CONSUMO (DADOS 2002)			
Bens	**Pobres (48%)**	**Ricos (2,4%)**	**Brasil**
1. Televisão	81%	98%	94%
2. Videocassete	5%	85%	39%
3. Freezer	2%	55%	18%
4. Geladeira	70%	99%	91%
5. Lavadora de Pratos	0,3%	31%	6%
6. Lavadora de Roupas	12%	88%	47%
7. Ar-condicionado	1%	27%	8%
8. Automóvel	4%	86%	36%
9. Bicicleta	21%	54%	40%
10. Motocicleta	1%	4%	3%

Glossário[53]

Agências reguladoras – são instituições que cumprem as atribuições do Estado relativamente ao estabelecimento de normas, regulamentos, mecanismos de fiscalização, controle e monitoração de desempenho dos serviços públicos (inclusive aqueles explorados por terceiros).

Agronegócio – também denominado agribusiness, sistema agroindustrial (SAG), ou complexo agroindustrial (CAI), abrange todas as empresas que produzem, processam e distribuem produtos agropecuários. Costuma-se dizer que sua influência se exerce sobre todos os setores existentes antes da porteira da fazenda (máquinas, adubos, defensivos) e além dela, como transporte, armazenamento, comercialização das safras, industrialização dos produtos agrícolas etc.

De 2005 a início de 2007, setenta e uma cooperativas estavam entre as 500 maiores empresas do agronegócio do País, segundo ranking da Globo Rural (critério de Receita Líquida ou faturamento líquido). O agronegócio movimentou R$ 370 bilhões em 2005, gerando 1,2 milhões de empregos diretos. Coordenado

---

[53] Mais informações, consultar os verbetes em O Cooperativismo no Brasil – da Vertente Pioneira à Vertente Solidária, São Paulo: Ed. Saraiva, 2003 (2ª. ed. no prelo).

pela FGV Projetos, o anuário apresenta as 400 maiores empresas que atuam na cadeia do agronegócio, 52 delas cooperativas, a partir de informações qualitativas e quantitativas.

Entre as 400 maiores empresas que atuam no agronegócio brasileiro, muitas delas multinacionais, nove são cooperativas paulistas: Coopersucar (14ª), Coop - Cooperativa de Consumo (74ª), Carol (78ª), Coopercitrus (98ª), Camda (249ª), Cooperguaçu (264ª), Coplacana (294ª), Coplana (303ª) e Coopermota (305ª). O anuário também dividiu as maiores empresas por crescimento, lucro, ativo total, por empregados e os 20 maiores bancos segundo o volume de crédito rural. Em todas as categorias há cooperativas em destaque, inclusive na liderança. Em relação ao lucro, sobras no caso de cooperativas, aparecem as paulistas Coop (44º) e Cocapec (48º). No ativo total, a Carol aparece na 44ª posição, com R$ 867 milhões em 2005. Com 3.682 funcionários, a Coop também aparece com destaque no ranking das 50 maiores por empregados, na 43ª colocação.

O sistema cooperativista merece destaque também entre os 20 maiores bancos. Sicred (9º) com R$ 1,08 bilhão de recursos oferecidos para o crédito rural, e Bancoob (10º), com 777 milhões liberados, aparecem à frente de instituições tradicionais como Safra (11º), Bankboston (12º), Banrisul (16º) e Rural (17º).

Na divisão do anuário por setores, aparecem ainda as paulistas Coplana (5ª colocada no setor comércio) e Camda (5º lugar em crescimento no setor Defensivos e Produtos Veterinários). A revista mostrou também a força de cooperativas paranaenses, gaúchas, mineiras e cataraninses, principalmente. Entre os destaques a Cocamar se sobressai, inclusive com o título de melhor empresa do País no segmento de Rações e Suplementos Animais, à frente de nomes como Agroceres, Nutron Alimentos, Tortuga e Mig-Plus. A matéria mostrou que em 2005 a Cocamar conquistou 15 posições no ranking das 400 maiores empresas do agronegócio brasileiro, saltando do 85° para o 70° lugar. *Ver cooperativas agrícolas*

Conselho Monetário Nacional – órgão normativo do sistema financeiro nacional, criado na reformulação do sistema em 1964, pela lei 4595. É presidido pelo Ministro da Fazenda, sendo vice o Ministro do Planejamento.

Consenso de Washington – sua filosofia central tem como base: austeridade e reformas fiscais, privatizações (inclusive a compra de empresas e de recursos nacionais por grupos estrangeiros), liberalização do comércio e diminuição da regulamentação dos mercados financeiro, de trabalho e de produção.

Cooperativa – empresa de serviços cujo fim imediato é o atendimento das necessidades econômicas de seus associados-usuários-empresários, que a criam com seu próprio esforço, capital e risco. De acordo com sua origem histórica, as cooperativas são um misto de associação de pessoas e de empresa prestadora de serviços, sem fim lucrativo, identificadas por valores ou características próprias: (a) valores de identidade - equidade, igualdade, justiça social, liberdade e democracia; (b) valores de referência, conhecidos como Princípios Cooperativos, criados pelos Pioneiros de Rochdale (Inglaterra, 1844).

Costuma-se dizer que a variedade tipológica das cooperativas é praticamente infinita já que elas podem ser constituídas para atender às mais variadas necessidades de seus associados nas áreas de educação, saúde, alimentação, habitação, vestuário, transporte, lazer, poupança, crédito e outras (ver os verbetes apresentados em Diva B. Pinho, o Cooperativismo no Brasil - da vertente pioneira à vertente solidária, São Paulo: Saraiva, 2003).

– No Brasil, as coops agrícolas locais são caracterizadas por baixo investimento tecnológico e humano, limitada escala de processamento, incipiente agregação de valor ao produto, tímido posicionamento de mercado e, conseqüentemente, limitado desempenho financeiro. Geralmente as coops agrícolas locais de leite restringem-se à organização e ao resfriamento da produção de cooperados para repasse a centrais ou para processamento de produtos de baixo valor agregado como leite tipo C, queijos brancos e manteiga. O incipiente investimento tecnológico impossibilita o avanço em direção a produtos de maior valor agregado e de maior elasticidade de renda, o que limita seu desempenho financeiro mesmo em períodos de aumento de poder aquisitivo e de maior consumo de lácteos. Contudo, essas cooperativas têm um importante papel social organizacional da produção de pequenos e médios produtores locais; embora competitivamente limitadas.

As cooperativas agrícolas brasileiras de barganha são coops regionais que usam estratégias mais agressivas no mercado, com ênfase na capitação, resfriamento e comercialização do leite em grande escala. Geralmente não se preocupam com a agregação de valor ao produto, já que sua concentração está na obtenção de ganhos marginais para os seus cooperados, associados à comercialização em grandes volumes. Seus benefícios resultam do poder de barganha junto a grandes unidades produtivas interessadas na aquisição de leita, matéria-prima básica, em maior quantidade e qualidade. Daí, seus contratos de compra e venda diretamente com unidades produtivas e sua flexibilidade de negociar sua produção diretamente no mercado ou repassá-la parcialmente a centrais de coops, de acordo com seus interesses e as condições mercadológicas e ambientais.

As cooperativas de escala e diferenciação caracterizam-se pelo processamento em alta escala, associado a elevado esforço de agregação de valor ao produto. A marca, por exemplo, permite-lhe remunerar melhor seus cooperados e, ao mesmo tempo, aumentar sua capacidade produtiva pela atração de um maior número de produtores e consumidores. Assim, a escala, associada à diferenciação, possibilita à cooperativa consolidar uma marca forte lastreada em um portfólio diferenciado de produtos (muitos deles resultantes de pesquisas e planos de desenvolvimento) e comercializar em outros mercados, além do regional.

As cooperativas agrícolas de nichos caracterizam-se pela elevada agregação de valor a produtos de marcas consolidadas, embora produzam e comercializem em escala reduzida. É que encontraram um nicho, ou local defensivo no mercado, que as preserva de embate diretos com grandes unidades produtivas, tais como as multinacionais e as grandes empresas nacionais.

Cooperativas de Habitação – recebem, a juro zero e prazo de até 20 anos, recursos do Crédito Solidário, programa de financiamento habitacional voltado às famílias organizadas em associações ou em cooperativas habitacionais.

Cooperativas e o Código Civil Brasileiro – o novo Código Civil Brasileiro introduziu mudanças na área cooperativista: (1) no artigo 1094, inciso II, determinou um mínimo de associados necessário para compor a administração da sociedade, e não mais um mínimo de vinte sócios; (2) o registro do ato constitutivo ou do estatuto da cooperativa, antes na Junta Comercial (art. 18, § 2°, art. 18, §§ 2°, 6°, 8°, art. 57, § 2°), é agora feito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (Código Civil, art. 998, combinado com o art. 982, parágrafo único); (3) a legislação anterior exigia a dotação de capital (art. 4°, inciso II), mas o novo Código Civil admite cooperativa sem capital (art. 1094, inciso I); (4) a responsabilidade do sócio para com terceiros somente podia ser invocada depois de judicialmente exigida da cooperativa (art. 13), enquanto o novo Código Civil é omisso quanto a essa responsabilidade, permitindo que a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais seja por eles próprios definida (art. 1095). Tais mudanças impõem não apenas a adaptação da lei cooperativa às novas normas jurídicas, mas também a revisão dos aspectos imprecisos, inclusive quanto à conceituação das categorias de cooperativas, especialmente as de trabalho.

Cooperativas singulares ou de primeiro grau – são constituídas com pessoas físicas, mas admitem, excepcionalmente, pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, associações sem fins lucrativos. Três coops singulares, no mínimo, podem fundar uma coop de segundo grau (central ou federação); e três coops de segundo grau podem fundar uma coop de terceiro grau ou confederação.

Copom – é o Comitê de Política Monetária do Banco Central, instituído em 20 de junho de 1996 com o objetivo de estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa de juros. Sua principal preocupação é o comportamento futuro da inflação. Ver Selic

Desemprego aberto e oculto – de acordo com a Fundação Seade-Dieese, o primeiro abrange as pessoas que procuraram emprego e não conseguiram nos 30 dias anteriores à pesquisa realizada

por aquela instituição; o segundo, compreende os desempregados que sobrevivem com trabalhos esporádicos.

Desemprego de acadêmicos – decorre, principalmente, da demolição do Estado social em busca de um "Estado enxuto", marcado pelo corte de verbas para educação, cultura, saúde e outras instituições sociais. Setores inteiros de atividade qualificada são reduzidos pela racionalização. O capital humano qualificado é desvalorizado, por exemplo, por privatizações e terceirizações. Daí, a multiplicação de diaristas intelectuais, técnicos mal remunerados em escolas, clínicas privadas e outras instituições.

Desemprego estrutural – resulta do descompasso ou não coincidência entre a estrutura ocupacional dos postos de trabalho a serem preenchidos e a estrutura de formação dos trabalhadores que procuram vagas (ou oferta de trabalhadores).

O desemprego estrutural representa, talvez, o maior desafio do 3o milênio devido à crescente eliminação de postos de trabalho em modernas empresas como conseqüência do avanço tecnológico, da racionalização do trabalho e da adoção de políticas poupadoras de mão-de-obra. Nos setores bancário e automobilístico, por exemplo, a abertura da economia brasileira desde 1990 e a modernização tecnológica eliminaram mais de 10 milhões de empregos até o início dos anos 2000, enquanto as importações provocaram a criação de apenas cerca de 1 milhão e meio de empregos.

Desemprego involuntário e voluntário – é involuntário quando existem trabalhadores que desejam trabalhar ao nível corrente de salários, mas não encontram trabalho; é voluntário quando o indivíduo se demite porque considera seu salário inferior ao custo de oportunidade de seu tempo dedicado a estudos, por exemplo.

Desenvolvimento sustentável – abrange o processo político-participativo-solidário entre povos e gerações, com o objetivo de

manter e integrar a qualidade de vida (individual e coletiva) e o desenvolvimento do meio econômico, ambiental e cultural. Compreende diversas áreas como a ecologia, o ecodesenvolvimento, a educação ambiental, a responsabilidade sócio-ambiental, e também a noção de interdependência da vida de todos os seres vivos na Terra. A ONU mantém escritórios, programas e fundos que incluem o desenvolvimento sustentável entre suas prioridades < www.un.org >.

Economia aberta e fechada – é aberta quando participa do comércio internacional de bens e capital; é fechada quando não importa, nem exporta bens e capital.

Economia dirigida – é uma forma de organização econômica na qual as decisões governamentais determinam as funções econômicas fundamentais. Por exemplo, as políticas governamentais estabelecem o que, como e para quem produzir.

Economia informal ou subterrânea – inclui atividades legais não registradas ou não declaradas às autoridades fiscais (como vendas clandestinas, sem nota fiscal, "trocas" de serviços entre amigos e outras). Na informalidade há também atividades ilegais como contrabando, comércio de droga, jogo ilícito, prostituição etc.

No Brasil, a informalidade é uma anomalia que prejudica o desenvolvimento e condena milhões de brasileiros à situação de precariedade, sem nenhum tipo de direito, sem proteção trabalhista, sem previdência social, sem reconhecimento institucional ou legal. A economia informal arruína também as contas da previdência e do INSS.

Economia mista – assenta-se, fundamentalmente, no sistema de preços, mas o Estado utiliza uma grande variedade de intervenções (como impostos, gastos públicos e regulamentação) para gerir a instabilidade macroeconômica e as falhas do mercado.

Emigração – no Brasil a exportação de mão-de-obra já rende mais do que a soja. Cerca de 2,5 milhões de brasileiros que trabalham no exterior transferem mais recursos para o Brasil do que a exportação da soja. As remessas dos imigrantes ilegais são geralmente transferidas por doleiros.

Microcrédito – é o crédito em pequena escala, fornecido a pessoas de renda reduzida para iniciar um pequeno negócio, e que não tem condições de obtê-lo nos bancos comerciais tradicionais. O sucesso do Grameen Bank de Bangladesh estimulou o aparecimento de iniciativas similares. No Brasil, geralmente são governamentais, como os Bancos do Povo.

Microfinanças – compreende as instituições financeiras especializadas na concessão de pequenos empréstimos a micro e pequenas empresas. O pioneiro nesse tipo de atividade foi o Grameen Bank, de Bangladesh.

Neoliberalismo – movimento contrário ao keynesianismo. Para combater a inflação, optou pelo desmonte do Estado do Bem-Estar (construído entre 1950 e 1980) e rapidamente se tornou hegemônico. Enfatiza o Estado mínimo (para permitir maior autonomia ao setor privado), as privatizações, as agências reguladoras, a plena liberdade dos mercados e, sobretudo, a austeridade fiscal. Antonio Delfim Netto considera-o uma espécie de fundamentalismo mercadista que, ao elevar o juro real para consertar a inflação, reduziu o crescimento no mundo (CartaCapital, 30-6-2004, p. 25). Neoliberalismo e Consenso de Washington têm sido usados como sinônimos.

Neo-desenvolvimentismo – critica a política de juros do Bacen e prega a urgente necessidade de políticas econômicas que estabeleçam metas de crescimento e planos para atingi-las. A ortodoxia convencional insistiu em identificar o desenvolvimentismo com o populismo.

Nova Geração de Cooperativas, NGC – inovadora estrutura organizacional de cooperativas criada nos EUA. Embora priorize a modernidade e a eficiência das cooperativas do setor agrícola, procura preservar alguns princípios doutrinários do sistema cooperativo.

Nova globalização – um novo ciclo de crescimento do capitalismo em seu "centro dinâmico" (EUA), que poderá reanimar a economia mundial após a crise da globalização - mais visível depois do 11 de setembro, quando se destacou a fragilidade da base orgânica e estrutural do sistema mundial do capital.

Phelps, Edmund – prof. Universidade de Colúmbia (EUA), recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2006, da Real Academia Sueca, por sua contribuição à Teoria Econômica - demonstrou, na década de 1960 que outras variáveis interferem na relação entre inflação e crescimento econômico. Até então os economistas, influenciados pela chamada curva de Phillips, do economista neozelandês Alban William Phillips, estabeleciam uma relação de mútuo comprometimento (tradeoff) entre duas variáveis da economia - inflação e emprego – concluindo que a expansão do emprego se faz à custa da inflação (ou que o controle da inflação se faz por meio do aumento de desemprego). Esta conclusão influiu muito no comportamento das esquerdas, em seus programas de políticas econômicas (inclusive no Programa de Metas de JK) e na aceitação de pagar um preço inflacionário para garantir a expansão do emprego. Phelps, entretanto, 'reconheceu que a inflação não depende apenas do desemprego, mas também das expectativas das empresas e dos empregadores sobre aumento de preços e salários'. Mostrou também que há uma taxa de equilíbrio do desemprego, levada em conta pelas empresas na contratação dos salários dos funcionários'.

Essas descobertas influíram nas decisões dos bancos centrais sobre a definição dos juros (apud Celso Ming, Correção de curva, O Estado de SPaulo,10-10-06, B2). E para aferir o que pensa o mercado, o Banco Central do Brasil faz um levantamento semanal das principais expectativas de 100 entre os principais

agentes econômicos do País (instituições financeiras, empresas, consultorias). Ver relações entre inflação e desenvolvimento, inflação-estímulo, inflação e desemprego, curva de Phillips.

Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) – é a taxa que resulta da média diária das negociações dos títulos públicos federais. Fixada pelo Copom, a taxa Selic vigora por todo o período que decorre entre as reuniões ordinárias do Copom.

Spread – é o lucro do banco ou a diferença entre a taxa de juros paga ao depositante e a taxa cobrada de quem tomou dinheiro emprestado.

Superávit primário – parcela da arrecadação destinada ao pagamento da dívida pública, do ponto de vista macrocontábil. O aumento desse superávit, segundo alguns economistas, possibilitaria ao governo zerar o déficit nominal; até mesmo os juros da dívida ficariam cobertos por receitas fiscais e se abriria espaço para que o Banco Central elevasse as reservas, o que diminuiria o risco Brasil.

Taxa de juros – é a remuneração que os clientes recebem pelos depósitos que efetuam nos bancos. Os juros representam o preço do dinheiro, considerado uma mercadoria como outra qualquer. Como os bancos precisam captar recursos no mercado para poder emprestar, utilizam a taxa de juros para atrair esse capital.

Vulnerabilidade externa do Brasil – está relacionada à falta de dólares e à fuga de capitais, ou seja, à disponibilidade de moeda estrangeira. Como o Brasil não emite dólar, nem qualquer outra moeda conversível, seus pagamentos no exterior precisam de contrapartida em moda forte, proveniente, por exemplo, de exportações de mercadorias ou serviços, de transferências unilaterais de brasileiros no exterior para seus familiares, de empréstimos externos etc

Bibliografia

Bialoskorsky Neto, Sigismundo. Aspectos econômicos das cooperativas. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

Pinho, Diva Benevides. O Cooperativismo no Brasil - da Vertente Pioneira à Vertente Solidária. São Paulo:Editora Saraiva, 2003 (2006: 2ª. Ed. Revista e ampliada - no prelo).

Pinho, Diva Benevides & Palhares, Valdecir Manoel Afonso. O Cooperativismo de Crédito no Brasil - do século XX ao século XXI. São Paulo: Confebrás, Esetec, 2004

Pinho, Diva Benevides & Vasconcellos, Marco Antônio S. Manual de Economia, co-autores - equipe de Professores da FEA-USP, São Paulo: Editora Saraiva, 2004, 5a. ed.

Singer, Paul & Souza, A.R. A economia solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000.

Stiglitz, Joseph E. - A globalização e seus malefícios, trad, São Paulo: Futura, 2002.

Outras fontes

IBGE, PNAD, Revistas (FIPE, IPEA, IBMEC e outras) - vários anos.

Programa de Pesquisas e Seminários do Departamento de Economia da FEA-USP, 2007

Site: www.divabenevidespinho.ecn.br

Profa. Dra.
Diva Benevides Pinho

Economista, bacharel em Direito (FD-USP), licenciada em Ciências Sociais (FFCL-USP).
Na FEA-USP submeteu-se a todos os concursos de títulos e provas da carreira docente.
Atualmente é membro do Alto Conselho Consultivo do Depto. de Economia da FEA-USP, pesquisadora das Fundações FIA e FIPE (USP), membro da Diretoria da AAMAC (Assoc. dos Amigos do MAC-USP) e da Diretoria da AMEFEA (Associação dos Amigos do Depto. de Economia da FEA). Tem publicações nas áreas de Economia, Cooperativismo e Arte.
Cf. site –
www.divabenevidespinho.ecn.br